

2011

RELATÓRIO E CONTAS

VOLUME 2

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

2011

RELATÓRIO E CONTAS

VOLUME 2

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

ÍNDICE

01

- 5 Demonstrações financeiras consolidadas**
- 6 Demonstração dos resultados consolidados**
- 7 Demonstração do rendimento integral consolidado**
- 8 Balanço consolidado**
- 9 Demonstração das alterações no capital próprio consolidado**
- 9 Demonstração dos fluxos de caixa consolidados**

02

- 11 Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas**
- 12 II.1 Políticas contabilísticas**
- 30 II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas**
- 33 II.3 Segmentos Operacionais**
- 35 II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados**
- 35 Nota 1 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro
- 36 Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeito contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços
- 37 Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro
- 38 Nota 4 – Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro
- 39 Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos
- 40 Nota 6 – Rendimentos
- 40 Nota 7 – Gastos financeiros
- 40 Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas
- 41 Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas
- 41 Nota 10 – Diferenças de câmbio
- 41 Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e variação de outras provisões
- 42 Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

42 Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

44 II.5 Notas ao balanço consolidado

44 Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

44 Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

45 Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

45 Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

46 Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

46 Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

47 Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

47 Nota 21 – Outros ativos tangíveis

48 Nota 22 – *Goodwill* e Outros ativos intangíveis

49 Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

53 Nota 24 – Benefícios a empregados

57 Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

58 Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

61 Nota 27 – Acréscimos e diferimentos

61 Nota 28 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

61 Nota 29 – Outros passivos financeiros

61 Nota 30 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

62 Nota 31 – Acréscimos e diferimentos

62 Nota 32 – Outras Provisões

63 II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

63 Nota 33 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

65 II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

65 Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo

66 Nota 35 – Conta técnica do ramo Vida por produto

67 II.8 Outras notas

67 Nota 36 – Transações com partes relacionadas

68 Nota 37 – Ativos sob gestão

68 Nota 38 – Gestão de riscos

90 Nota 39 – Justo valor

91 Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos

92 Nota 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

92 Nota 42 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de *bailout*

94 Nota 43 – Normas contabilísticas recentemente emitidas

03
04

99 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

103 Relatório do Revisor Oficial de Contas

01

Demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

EUR	Nota	2011				2010			
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1	312.100.782	203.294.567	—	515.395.349	1.112.807.192	194.389.295	—	1.307.196.487
Prêmios brutos emitidos		338.652.381	237.258.790	—	575.911.171	1.137.887.756	230.717.121	—	1.368.604.877
Prêmios de resseguro cedido		(26.551.599)	(36.436.312)	—	(62.987.911)	(25.080.564)	(37.188.045)	—	(62.268.609)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)		—	4.475.655	—	4.475.655	—	2.222.544	—	2.222.544
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		—	(2.003.566)	—	(2.003.566)	—	(1.362.325)	—	(1.362.325)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	63.024.243	—	—	63.024.243	64.321.622	—	—	64.321.622
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(955.618.482)	(142.617.242)	—	(1.098.235.724)	(577.918.164)	(138.190.202)	—	(716.108.366)
Montantes pagos		(938.574.316)	(139.382.317)	—	(1.077.956.633)	(582.041.753)	(135.021.215)	—	(717.062.968)
· Montantes brutos		(952.336.652)	(151.225.590)	—	(1.103.562.242)	(593.649.859)	(147.633.888)	—	(741.283.747)
· Parte dos resseguradores		13.762.336	11.843.273	—	25.605.609	11.608.106	12.612.673	—	24.220.779
Provisão para sinistros (variação)		(17.044.166)	(3.234.925)	—	(20.279.091)	4.123.589	(3.168.987)	—	954.602
· Parte dos resseguradores		(17.044.166)	(4.653.184)	—	(21.697.350)	4.123.589	(5.043.941)	—	(920.352)
· Parte dos resseguradores		—	1.418.259	—	1.418.259	—	1.874.954	—	1.874.954
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	—	210.152	—	210.152	—	(1.645.240)	—	(1.645.240)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	648.356.754	—	—	648.356.754	(505.734.090)	—	—	(505.734.090)
Montante bruto		648.232.584	—	—	648.232.584	(505.778.061)	—	—	(505.778.061)
Parte dos resseguradores		124.170	—	—	124.170	43.971	—	—	43.971
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(54.439.062)	(601.419)	—	(55.040.481)	(58.196.833)	(598.724)	—	(58.795.557)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(64.366.734)	(46.201.762)	—	(110.568.496)	(69.678.969)	(45.567.441)	—	(115.246.410)
Custos de aquisição		(57.540.610)	(34.243.681)	—	(91.784.291)	(61.129.705)	(35.020.346)	—	(96.150.051)
Custos de aquisição diferidos (variação)		—	(749.467)	—	(749.467)	—	575.769	—	575.769
Gastos administrativos		(16.676.169)	(23.448.397)	—	(40.124.566)	(18.609.345)	(25.212.004)	—	(43.821.349)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		9.850.045	12.239.783	—	22.089.828	10.060.081	14.089.140	—	24.149.221
Rendimentos	6	194.437.868	5.057.318	18.609.528	218.104.714	211.096.704	4.130.876	14.013.984	229.241.564
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		194.437.868	5.057.318	18.609.528	218.104.714	211.096.704	4.130.876	14.081.484	229.309.064
Outros		—	—	—	—	—	—	(67.500)	(67.500)
Gastos financeiros	7	(24.410.036)	(1.010.444)	(1.964.825)	(27.385.305)	(23.867.406)	(781.500)	(868.018)	(25.516.924)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(21.544.464)	(1.010.444)	(1.962.170)	(24.517.078)	(21.360.143)	(762.326)	(677.762)	(22.800.231)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(2.865.572)	—	(2.655)	(2.868.227)	(2.507.263)	(19.174)	(190.256)	(2.716.693)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	(10.259.028)	325.523	(1.359.277)	(11.292.782)	(6.261.179)	879.946	1.841.833	(3.539.400)
De ativos disponíveis para venda		(10.705.634)	325.523	(1.359.277)	(11.739.388)	(6.261.814)	879.946	1.841.833	(3.540.035)
De empréstimos e contas a receber		446.606	—	—	446.606	635	—	—	635
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	5.641.345	—	(695.433)	4.945.912	3.443.048	—	1.531.752	4.974.800
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		155.287.751	—	—	155.287.751	120.353.919	—	—	120.353.919
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(149.646.406)	—	(695.433)	(150.341.839)	(116.910.871)	—	1.531.752	(115.379.119)
Diferenças de câmbio	10	(863.995)	—	—	(863.995)	(46.451)	363	10.240	(35.848)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	(102.300.981)	(1.120.443)	(2.549.307)	(105.970.731)	—	—	242.443	242.443
De ativos disponíveis para venda		(102.300.981)	(1.120.443)	(1.555.293)	(104.976.717)	—	—	—	—
De outros		—	—	(994.014)	(994.014)	—	—	242.443	242.443
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(26.046.067)	176.368	—	(25.869.699)	(28.125.666)	144.861	—	(27.980.805)
Outras provisões (variação)	11	—	—	—	—	—	—	(150.000)	(150.000)
Outros rendimentos/gastos	12	—	—	6.457.402	6.457.402	—	—	8.893.582	8.893.582
Resultado líquido antes de impostos		(14.743.393)	17.512.618	18.498.088	21.267.313	121.839.808	12.762.234	25.515.816	160.117.858
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	26	—	—	(8.123.820)	(8.123.820)	—	—	(9.145.976)	(9.145.976)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	26	—	—	3.268.979	3.268.979	—	—	(36.874.835)	(36.874.835)
Resultado líquido do exercício		(14.743.393)	17.512.618	13.643.247	16.412.472	121.839.808	12.762.234	(20.504.995)	114.097.047

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

EUR	2011	2010
Resultado líquido do exercício	16.412.472	114.097.047
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
Reservas de reavaliação, bruto	(288.790.052)	(388.812.237)
Impostos diferidos e correntes	73.581.004	99.761.452
	(215.209.048)	(289.050.785)
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow"), bruto	–	42.214.458
Impostos diferidos e correntes	–	(11.186.831)
	–	31.027.627
Demonstração do rendimento integral do ano	(198.796.576)	(143.926.111)

BALANÇO CONSOLIDADO

EUR	Nota	2011	2010
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	213.549.355	154.979.246
Ativos financeiros detidos para negociação	15	98.527.808	198.985.675
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	4.635.086.256	5.856.920.092
Ativos disponíveis para venda	17	4.525.172.465	5.947.958.676
Empréstimos e contas a receber	18	769.753.833	301.050.166
Investimentos detidos até à maturidade	19	670.543.275	—
Terrenos e edifícios de rendimento	20	4.879.664	5.588.781
Outros ativos tangíveis	21	1.297.866	1.232.486
Inventários		18.650	18.650
Goodwill	22	315.740.469	315.740.469
Outros ativos intangíveis	22	215.037.765	242.895.637
Provisões técnicas de resseguro cedido	23	21.672.208	22.102.429
Provisão para prémios não adquiridos		10.132.426	12.135.992
Provisão matemática do ramo vida		849.091	724.921
Provisão para sinistros		10.690.691	9.241.516
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	3.836.588	1.538.074
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25	37.416.649	45.529.193
Contas a receber por operações de seguro directo		14.371.789	15.947.026
Contas a receber por outras operações de resseguro		9.924.114	9.445.159
Contas a receber por outras operações		13.120.746	20.137.008
Ativos por impostos	26	163.714.215	127.665.878
Ativos por impostos correntes		26.421.656	59.031.961
Ativos por impostos diferidos		137.292.559	68.633.917
Acréscimos e diferimentos	27	1.900.509	1.074.816
Total ativo		11.678.147.575	13.223.280.268
Provisões técnicas	23	5.091.130.205	5.673.278.628
Provisão para prémios não adquiridos		38.508.323	42.234.510
Provisão matemática do ramo vida		4.844.968.796	5.435.959.031
Provisão para sinistros		152.455.830	128.958.705
· De vida		56.089.209	39.052.200
· De acidentes de trabalho		20.986.230	18.333.215
· De outros ramos		75.380.391	71.573.290
Provisão para participação nos resultados		50.360.368	61.079.340
Provisão para desvios de sinistralidade		825.902	761.354
Provisão para riscos em curso		4.010.986	4.285.688
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	28	5.266.382.493	6.018.205.238
Outros passivos financeiros	29	228.135.652	230.631.651
Depósitos recebidos de resseguradores		15.611.083	17.056.662
Outros		212.524.569	213.574.989
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24	431.319	148.009
Outros credores por operações de seguros e outras operações	30	55.845.546	54.474.067
Contas a pagar por operações de seguro directo		20.577.867	22.200.359
Contas a pagar por outras operações de resseguro		7.581.069	5.679.450
Contas a pagar por outras operações		27.686.610	26.594.258
Passivos por impostos	26	69.525.771	76.288.299
Passivos por impostos correntes		8.475.925	7.047.114
Passivos por impostos diferidos		61.049.846	69.241.185
Acréscimos e diferimentos	31	14.705.241	15.043.130
Outras Provisões	32	5.703.467	10.126.789
Total passivo		10.731.859.694	12.078.195.811
Capital		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas de reavaliação		(594.422.700)	(305.632.648)
Reserva por impostos diferidos e correntes		151.299.865	77.718.861
Outras reservas		7.717.054	7.621.014
Resultados transitados		365.278.815	251.277.808
Resultado do exercício		16.412.472	114.097.047
Total capital próprio	33	946.287.881	1.145.084.457
Total passivo e capital próprio		11.678.147.575	13.223.280.268
Resultados por ação		0.1	0.6

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

EUR	Capital	RESERVAS DE REAValiaÇÃO			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Saldos 1 de janeiro de 2010	1.000.002.375	40.965.131	(10.855.760)	30.109.371	6.708.628	155.404.022	96.786.172	1.289.010.568
Transferência de resultados	—	—	—	—	912.386	95.873.786	(96.786.172)	—
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	—	(388.812.237)	99.761.452	(289.050.785)	—	—	—	(289.050.785)
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow")	—	42.214.458	(11.186.831)	31.027.627	—	—	—	31.027.627
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	114.097.047	114.097.047
Saldos 31 de dezembro de 2010	1.000.002.375	(305.632.648)	77.718.861	(227.913.787)	7.621.014	251.277.808	114.097.047	1.145.084.457
Transferência de resultados	—	—	—	—	96.040	114.001.007	(114.097.047)	—
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	—	(288.790.052)	73.581.004	(215.209.048)	—	—	—	(215.209.048)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	16.412.472	16.412.472
Saldos 31 de dezembro de 2011	1.000.002.375	(594.422.700)	151.299.865	(443.122.835)	7.717.054	365.278.815	16.412.472	946.287.881

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

EUR	2011	2010
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	16.412.472	114.097.047
<i>Ajustamentos por:</i>		
Depreciações e amortizações do exercício	29.269.883	30.516.735
Variação nas provisões técnicas	(582.148.423)	513.625.923
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(751.822.745)	(26.442.061)
Variação de provisões	(4.423.322)	7.460.088
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	430.221	(77.984)
Imparidade de ativos disponíveis para venda	104.976.717	—
Imparidade de propriedades de investimento	442.826	—
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	551.189	(242.444)
Variação nos impostos diferidos ativos / passivos	(42.810.865)	(124.425.701)
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	100.457.867	(33.231.441)
Empréstimos concedidos e contas a receber	(468.703.667)	478.537.711
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	7.561.355	3.653.002
Outros ativos e passivos	(3.178.786)	(5.567.782)
Outros passivos financeiros	(2.495.999)	(345.906.768)
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.371.479	(69.438.988)
	(1.594.109.798)	542.557.337
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.221.833.836	40.627.188
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	1.102.600.446	(665.329.490)
Variações nos ativos financeiros detidos até à maturidade	(670.543.275)	—
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(1.211.100)	(2.114.532)
	1.652.679.907	(626.816.834)
Variação líquida em caixa e equivalentes	58.570.109	(84.259.497)
Caixa e equivalentes no início do período	154.979.246	239.238.743
Caixa e equivalentes no final do período	213.549.355	154.979.246

02

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Grupo'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de abril de 2007, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e a Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho do dia 27 de fevereiro de 2012.

Em 2011, o Grupo adoptou o IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Transferência de ativos financeiros e o *Annual Improvement Project*. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente a todas as empresas do Grupo e para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ('Grupo').

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não concorda no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam

recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais (“step acquisition”) que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

SUBSIDIÁRIAS	% de participação	Atividade económica
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	100%	Seguros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	Seguros de vida
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	Gestão de fundos de Pensões
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	100%	Seguros de Saúde

Goodwill e VOBA

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de dezembro de 2009.

Após 1 de janeiro de 2010, o registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser diretamente imputados a resultados.

O “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o “goodwill” apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do “goodwill” das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registradas por contrapartida de “goodwill”. Após 1 de janeiro de 2010, o “goodwill” não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

c) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registrado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prêmios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos,

deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento coletivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respetivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

d) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

e) Provisões técnicas

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte.

Provisão para envelhecimento

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor atual dos compromissos futuros do Grupo, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor atual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros

associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 23).

f) Ativos financeiros

Classificação

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- › Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados – Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.
- › Ativos financeiros disponíveis para venda – Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- › Empréstimos concedidos e contas a receber – Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- › Ativos financeiros detidos até à maturidade – Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros a deter até à maturidade

são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda o Grupo ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (*“trade date”*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*“bid-price”*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, “*Loans and Receivables*” ou para ativos financeiros detidos até à maturidade (“*Held-to-maturity*”), “), desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- › se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- › quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

O Grupo adotou esta possibilidade para um grupo de ativos financeiros, tal como divulgado na nota 19. Transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de ativos disponíveis para venda para empréstimos concedidos e contas a receber representados por títulos e para investimentos a deter até à maturidade são permitidos. Transferências de e para ativos financeiros e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, por decisão da entidade (“*Fair Value Option*”) são proibidas.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde

à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

No que respeita aos ativos a deter até à maturidade as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando o valor atual, calculado com base na taxa de juro inicial é inferior ao valor de balanço.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*“trade date”*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*“discounted cash flows”*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Acordos de recompra

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros ativos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A Millenniumbcp Ageas aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

k) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda

estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

I) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros ativos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

m) Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

n) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

o) Locações

A Millenniumbcp Ageas classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

p) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

q) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

r) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

s) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- › Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- › Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

t) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (“CCT”).

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo Plano CCT. De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) será pago aos empregados um bônus adicional durante o primeiro trimestre de 2012; (ii) será atribuído aos empregados um novo prêmio de permanência sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (iii) substituição do atual plano de benefício definido para um plano de contribuição definida, para os empregados contratados até 1995; e (iv) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2013.

Os benefícios previstos nos planos de pensões base são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)”. Os benefícios complementares são atribuídos de acordo com o plano de pensões do Grupo.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por um fundo designado de “Fundo de Pensões Aberto – Horizonte Valorização”.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de Companhias de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas atuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições do Grupo para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em ações

À data de 31 de dezembro de 2011, não se encontrava em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

u) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

v) Segmentos operacionais

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de operacionais.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- › Seguros de Vida e Pensões
- › Seguros Não Vida

No que respeita ao segmento Seguros de Vida e Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Seguros Não Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

x) Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

II.2 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) teste de adequação das responsabilidades, (4) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (5) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos ativos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Goodwill

Anualmente, o Grupo efectua uma avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação, tendo por base o valor de uso ou o justo valor líquido dos custos de venda dos investimentos financeiros detidos. De acordo com a IAS 36, o valor de uso deverá ser determinado com base numa avaliação dos fluxos de caixa estimados futuros, utilizando toda a informação disponível, o que requer a utilização de julgamento.

Os pressupostos utilizados para a avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação podem alterar-se em face das alterações das condições económicas e de mercado.

II.3 SEGMENTOS OPERACIONAIS

Demonstração dos resultados consolidados

EUR	2011			2010		
	Vida e Pensões	Não vida	Total	Vida e Pensões	Não vida	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	312.100.782	203.294.567	515.395.349	1.112.807.192	194.389.295	1.307.196.487
Prêmios brutos emitidos	338.652.381	237.258.790	575.911.171	1.137.887.756	230.717.121	1.368.604.877
Prêmios de resseguro cedido	(26.551.599)	(36.436.312)	(62.987.911)	(25.080.564)	(37.188.045)	(62.268.609)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	—	4.475.655	4.475.655	—	2.222.544	2.222.544
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	—	(2.003.566)	(2.003.566)	—	(1.362.325)	(1.362.325)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	63.024.243	—	63.024.243	64.321.622	—	64.321.622
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(955.618.482)	(142.617.242)	(1.098.235.724)	(577.918.164)	(138.190.202)	(716.108.366)
Montantes pagos	(938.574.316)	(139.382.317)	(1.077.956.633)	(582.041.753)	(135.021.215)	(717.062.968)
· Montantes brutos	(952.336.652)	(151.225.590)	(1.103.562.242)	(593.649.859)	(147.633.888)	(741.283.747)
· Parte dos resseguradores	13.762.336	11.843.273	25.605.609	11.608.106	12.612.673	24.220.779
Provisão para sinistros (variação)	(17.044.166)	(3.234.925)	(20.279.091)	4.123.589	(3.168.987)	954.602
· Parte dos resseguradores	(17.044.166)	(4.653.184)	(21.697.350)	4.123.589	(5.043.942)	(920.353)
· Parte dos resseguradores	—	1.418.259	1.418.259	—	1.874.955	1.874.955
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	—	210.152	210.152	—	(1.645.240)	(1.645.240)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	648.356.754	—	648.356.754	(505.734.090)	—	(505.734.090)
Montante bruto	648.232.584	—	648.232.584	(505.778.061)	—	(505.778.061)
Parte dos resseguradores	124.170	—	124.170	43.971	—	43.971
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(54.439.062)	(601.419)	(55.040.481)	(58.196.833)	(598.724)	(58.795.557)
Custos e gastos de exploração líquidos	(64.366.734)	(46.201.762)	(110.568.496)	(69.678.969)	(45.567.441)	(115.246.410)
Custos de aquisição	(57.540.610)	(34.243.681)	(91.784.291)	(61.129.705)	(35.020.346)	(96.150.051)
Custos de aquisição diferidos (variação)	—	(749.467)	(749.467)	—	575.769	575.769
Gastos administrativos	(16.676.169)	(23.448.397)	(40.124.566)	(18.609.345)	(25.212.004)	(43.821.349)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	9.850.045	12.239.783	22.089.828	10.060.081	14.089.140	24.149.221
Rendimentos	211.817.011	6.287.703	218.104.714	224.234.375	5.007.189	229.241.564
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	211.817.011	6.287.703	218.104.714	224.301.875	5.007.189	229.309.064
Outros	—	—	—	(67.500)	—	(67.500)
Gastos financeiros	(24.732.136)	(2.653.169)	(27.385.305)	(24.381.236)	(1.135.688)	(25.516.924)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(21.863.909)	(2.653.169)	(24.517.078)	(21.683.717)	(1.116.514)	(22.800.231)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.868.227)	—	(2.868.227)	(2.697.519)	(19.174)	(2.716.693)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(11.587.700)	294.918	(11.292.782)	(4.418.979)	879.579	(3.539.400)
De ativos disponíveis para venda	(12.034.306)	294.918	(11.739.388)	(4.419.614)	879.579	(3.540.035)
De empréstimos e contas a receber	446.606	—	446.606	635	—	635
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	4.945.912	—	4.945.912	4.974.800	—	4.974.800
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	155.287.751	—	155.287.751	120.353.919	—	120.353.919
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(150.341.839)	—	(150.341.839)	(115.379.119)	—	(115.379.119)
Diferenças de câmbio	(863.995)	—	(863.995)	(36.211)	363	(35.848)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(103.913.735)	(2.056.997)	(105.970.731)	66.167	176.276	242.443
De ativos disponíveis para venda	(103.494.021)	(1.482.697)	(104.976.717)	—	—	—
De outros	(419.714)	(574.300)	(994.014)	66.167	176.276	242.443
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(26.046.067)	176.368	(25.869.699)	(28.125.666)	144.861	(27.980.805)
Outras provisões (variação)	—	—	—	(150.000)	—	(150.000)
Outros rendimentos/gastos	6.435.716	21.686	6.457.402	7.646.233	1.247.349	8.893.582
Resultado líquido antes de impostos	5.112.507	16.154.805	21.267.313	145.410.241	14.707.617	160.117.858
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	(2.916.152)	(5.207.668)	(8.123.820)	(2.654.888)	(6.491.088)	(9.145.976)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	2.732.683	536.296	3.268.979	(38.999.232)	2.124.397	(36.874.835)
Resultado líquido do exercício	4.929.038	11.483.433	16.412.472	103.756.121	10.340.926	114.097.047

Balanço consolidado

EUR	2011				2010			
	Vida e Pensões	Não vida	ICO	Total	Vida e Pensões	Não vida	ICO	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	195.878.433	17.670.922	—	213.549.355	137.535.739	17.443.507	—	154.979.246
Ativos financeiros detidos para negociação	98.527.808	—	—	98.527.808	198.985.675	—	—	198.985.675
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.635.086.256	—	—	4.635.086.256	5.856.920.092	—	—	5.856.920.092
Ativos disponíveis para venda	4.353.567.011	171.605.454	—	4.525.172.465	5.791.867.846	156.090.830	—	5.947.958.676
Empréstimos e contas a receber	753.436.726	16.317.107	—	769.753.833	270.543.370	30.506.796	—	301.050.166
Investimentos detidos até à maturidade	670.543.275	—	—	670.543.275	—	—	—	—
Terrenos e edifícios de rendimento	4.879.664	—	—	4.879.664	5.588.781	—	—	5.588.781
Outros ativos tangíveis	1.139.768	158.098	—	1.297.866	1.125.959	106.527	—	1.232.486
Inventários	—	18.650	—	18.650	—	18.650	—	18.650
Goodwill	247.487.477	68.252.992	—	315.740.469	247.487.477	68.252.992	—	315.740.469
Outros ativos intangíveis	214.988.313	49.452	—	215.037.765	242.825.648	69.989	—	242.895.637
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.891.026	19.781.182	—	21.672.208	1.766.856	20.335.573	—	22.102.429
Provisão para prémios não adquiridos	—	10.132.426	—	10.132.426	—	12.135.992	—	12.135.992
Provisão matemática do ramo vida	849.091	—	—	849.091	724.921	—	—	724.921
Provisão para sinistros	1.041.935	9.648.756	—	10.690.691	1.041.935	8.199.581	—	9.241.516
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.127.505	1.709.083	—	3.836.588	764.192	773.882	—	1.538.074
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	14.046.329	65.670.320	(42.300.000)	37.416.649	23.710.897	66.618.296	(44.800.000)	45.529.193
Contas a receber por operações de seguro directo	2.564.988	11.806.801	—	14.371.789	6.029.908	9.917.118	—	15.947.026
Contas a receber por outras operações de resseguro	—	9.924.114	—	9.924.114	368.155	9.077.004	—	9.445.159
Contas a receber por outras operações	11.481.341	43.939.405	(42.300.000)	13.120.746	17.312.834	47.624.174	(44.800.000)	20.137.008
Ativos por impostos	154.962.830	8.751.385	—	163.714.215	122.240.749	5.425.129	—	127.665.878
Ativos por impostos correntes	26.185.775	235.881	—	26.421.656	59.020.951	11.010	—	59.031.961
Ativos por impostos diferidos	128.777.055	8.515.504	—	137.292.559	63.219.798	5.414.119	—	68.633.917
Acréscimos e diferimentos	14.232	1.886.277	—	1.900.509	11.676	1.063.140	—	1.074.816
Total ativo	11.348.576.653	371.870.922	(42.300.000)	11.678.147.575	12.901.374.957	366.705.311	(44.800.000)	13.223.280.268
Provisões técnicas	4.950.300.562	140.829.643	—	5.091.130.205	5.535.574.180	137.704.448	—	5.673.278.628
Provisão para prémios não adquiridos	—	38.508.323	—	38.508.323	—	42.234.510	—	42.234.510
Provisão matemática do ramo vida	4.844.968.796	—	—	4.844.968.796	5.435.959.031	—	—	5.435.959.031
Provisão para sinistros	56.089.209	96.366.621	—	152.455.830	39.052.200	89.906.505	—	128.958.705
· De vida	56.089.209	—	—	56.089.209	39.052.200	—	—	39.052.200
· De acidentes de trabalho	—	20.986.230	—	20.986.230	—	18.333.215	—	18.333.215
· De outros ramos	—	75.380.391	—	75.380.391	—	71.573.290	—	71.573.290
Provisão para participação nos resultados	49.242.557	1.117.811	—	50.360.368	60.562.949	516.391	—	61.079.340
Provisão para desvios de sinistralidade	—	825.902	—	825.902	—	761.354	—	761.354
Provisão para riscos em curso	—	4.010.986	—	4.010.986	—	4.285.688	—	4.285.688
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.266.382.493	—	—	5.266.382.493	6.018.205.238	—	—	6.018.205.238
Outros passivos financeiros	221.165.326	6.970.326	—	228.135.652	221.831.130	8.800.521	—	230.631.651
Depósitos recebidos de resseguradores	8.640.757	6.970.326	—	15.611.083	8.256.141	8.800.521	—	17.056.662
Outros	212.524.569	—	—	212.524.569	213.574.989	—	—	213.574.989
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	112.493	318.826	—	431.319	—	148.009	—	148.009
Outros credores por operações de seguros e outras operações	85.585.564	12.559.982	(42.300.000)	55.845.546	87.384.110	11.889.957	(44.800.000)	54.474.067
Contas a pagar por operações de seguro directo	12.705.789	7.872.078	—	20.577.867	14.793.804	7.406.555	—	22.200.359
Contas a pagar por outras operações de resseguro	4.765.600	2.815.469	—	7.581.069	2.702.789	2.976.661	—	5.679.450
Contas a pagar por outras operações	68.114.175	1.872.435	(42.300.000)	27.686.610	69.887.517	1.506.741	(44.800.000)	26.594.258
Passivos por impostos	65.989.327	3.536.444	—	69.525.771	72.417.719	3.870.580	—	76.288.299
Passivos por impostos correntes	4.939.481	3.536.444	—	8.475.925	3.176.534	3.870.580	—	7.047.114
Passivos por impostos diferidos	61.049.846	—	—	61.049.846	69.241.185	—	—	69.241.185
Acréscimos e diferimentos	8.847.905	5.857.336	—	14.705.241	10.078.241	4.964.889	—	15.043.130
Outras Provisões	1.332.000	4.371.467	—	5.703.467	3.023.397	7.103.392	—	10.126.789
Total passivo	10.599.715.670	174.444.024	(42.300.000)	10.731.859.694	11.948.514.015	174.481.796	(44.800.000)	12.078.195.811
Capital	889.997.375	110.005.000	—	1.000.002.375	889.997.375	110.005.000	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	(577.618.821)	(16.803.879)	—	(594.422.700)	(297.673.909)	(7.958.739)	—	(305.632.648)
Reserva por impostos diferidos e correntes	146.426.740	4.873.125	—	151.299.865	75.410.827	2.308.034	—	77.718.861
Outras reservas	5.138.344	2.578.710	—	7.717.054	5.042.304	2.578.710	—	7.621.014
Resultados transitados	279.988.304	85.290.511	—	365.278.815	176.328.225	74.949.583	—	251.277.808
Resultado do exercício	4.929.041	11.483.431	—	16.412.472	103.756.120	10.340.927	—	114.097.047
Total capital próprio	748.860.983	197.426.898	—	946.287.881	952.860.942	192.223.515	—	1.145.084.457
Total passivo e capital próprio	11.348.576.653	371.870.922	(42.300.000)	11.678.147.575	12.901.374.957	366.705.311	(44.800.000)	13.223.280.268

II.4 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Nota 1 – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

EUR	2011	2010
Prémios brutos emitidos – Vida	338.652.381	1.137.887.756
Prémios brutos emitidos – Não Vida	237.258.790	230.717.121
Prémios brutos emitidos	575.911.171	1.368.604.877
Prémios resseguro cedido – Vida	(26.551.599)	(25.080.564)
Prémios resseguro cedido – Não Vida	(36.436.312)	(37.188.045)
Prémios resseguro cedido	(62.987.911)	(62.268.609)
Variação prémios não adquiridos – Não Vida	4.475.655	2.222.544
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido – Não Vida	(2.003.566)	(1.362.325)
Variação líquida de prémios não adquiridos – Não Vida	2.472.089	860.219
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Vida	312.100.782	1.112.807.192
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Não Vida	203.294.567	194.389.295
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	515.395.349	1.307.196.487

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

EUR	2011	2010
Contratos de seguro	163.841.719	185.744.100
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	174.810.662	952.143.656
Prémios brutos emitidos (IFRS 4)	338.652.381	1.137.887.756

EUR	2011	2010
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	112.669.223	522.866.233
Relativos a contratos de grupo	225.983.158	615.021.523
	338.652.381	1.137.887.756
Periódicos	277.075.109	285.728.993
Não periódicos	61.577.272	852.158.763
	338.652.381	1.137.887.756
De contratos sem participação nos resultados	124.640.540	9.847.061
De contratos com participação nos resultados	214.011.841	1.128.040.695
	338.652.381	1.137.887.756
Resultado resseguro cedido	(2.815.048)	(3.368.406)

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

EUR	2011		2010	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	165.464.807	170.612.831	160.970.643	164.203.362
Incêndio e outros danos	42.403.926	42.239.842	39.877.668	39.638.220
Automóvel	21.008.563	20.719.741	22.045.504	21.818.752
Outros	8.381.494	8.162.031	7.823.306	7.279.331
Total	237.258.790	241.734.445	230.717.121	232.939.665

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não Vida são analisados como segue:

EUR	2011		2010	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	12.164.352	14.027.772	14.048.687	15.767.440
Incêndio e outros danos	19.372.106	19.498.614	18.455.462	18.354.854
Automóvel	326.160	326.160	315.078	315.078
Outros	4.573.694	4.587.332	4.368.818	4.112.998
Total	36.436.312	38.439.878	37.188.045	38.550.370

Nota 2 – Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeito contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 63.024.243 (2010: Euros 64.321.622), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

Nota 3 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2011			2010		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Sinistros pagos						
Montantes brutos	68.957.465	883.096.610	952.054.075	68.367.964	524.939.893	593.307.857
Parte dos resseguradores	(13.762.336)	—	(13.762.336)	(11.608.106)	—	(11.608.106)
	55.195.129	883.096.610	938.291.739	56.759.858	524.939.893	581.699.751
Variação da provisão para sinistros						
Montantes brutos	6.431.351	10.612.815	17.044.166	(4.565.543)	441.954	(4.123.589)
	6.431.351	10.612.815	17.044.166	(4.565.543)	441.954	(4.123.589)
Total antes custos imputados	61.626.480	893.709.425	955.335.905	52.194.315	525.381.847	577.576.162
Custos com Sinistros (imputados)			282.577			342.002
Total			955.618.482			577.918.164

Os custos com sinistros do ramo não vida são analisados como segue:

EUR	2011				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	105.004.520	18.669.657	15.253.989	3.331.007	142.259.173
Parte dos resseguradores	(2.970.020)	(8.070.433)	36.152	(838.972)	(11.843.273)
	102.034.500	10.599.224	15.290.141	2.492.035	130.415.900
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	4.117.799	2.223.347	(197.026)	(1.490.936)	4.653.184
Parte dos resseguradores	162.691	(1.330.236)	(244.631)	(6.083)	(1.418.259)
	4.280.490	893.111	(441.657)	(1.497.019)	3.234.925
Total antes custos imputados	106.314.990	11.492.335	14.848.484	995.016	133.650.825
Custos com Sinistros (imputados)	5.402.442	1.385.494	1.986.611	191.870	8.966.417
Total	111.717.432	12.877.829	16.835.095	1.186.886	142.617.242
EUR	2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
Montantes brutos	100.949.855	19.369.289	15.617.482	1.683.250	137.619.876
Parte dos resseguradores	(2.569.253)	(8.267.927)	(774.352)	(1.001.141)	(12.612.673)
	98.380.602	11.101.362	14.843.130	682.109	125.007.203
Variação da provisão para sinistros					
Montantes brutos	2.804.241	796.562	(1.013.382)	2.456.520	5.043.941
Parte dos resseguradores	(462.442)	(120.834)	895.629	(2.187.307)	(1.874.954)
	2.341.799	675.728	(117.753)	269.213	3.168.987
Total antes custos imputados	100.722.401	11.777.090	14.725.377	951.322	128.176.190
Custos com Sinistros (imputados)	6.291.225	1.106.196	2.559.799	56.792	10.014.012
Total	107.013.626	12.883.286	17.285.176	1.008.114	138.190.202

Nota 4 – Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas resseguro

A variação da provisão matemática e outras provisões técnicas do ramo vida são analisadas como segue:

	2011		
EUR	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	(12.971.154)	(635.261.430)	(648.232.584)
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(124.170)	—	(124.170)
	(13.095.324)	(635.261.430)	(648.356.754)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	8.031.399	46.407.663	54.439.062
Total	(5.063.925)	(588.853.767)	(593.917.692)
	2010		
EUR	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
Variação da provisão matemática	246.395	505.531.666	505.778.061
Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(43.971)	—	(43.971)
	202.424	505.531.666	505.734.090
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	6.005.982	52.190.851	58.196.833
Total	6.208.406	557.722.517	563.930.923

A variação das outras provisões técnicas do ramo não vida é analisada como segue:

	2011				
EUR	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	—	64.549	—	—	64.549
Variação da provisão para riscos em curso	(618.792)	(43.612)	276.879	110.824	(274.701)
	(618.792)	20.937	276.879	110.824	(210.152)
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	601.419	—	—	—	601.419
Total	(17.373)	20.937	276.879	110.824	391.267
	2010				
EUR	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	—	33.633	—	—	33.633
Variação da provisão para riscos em curso	119.318	(177.987)	1.539.674	130.602	1.611.607
	119.318	(144.354)	1.539.674	130.602	1.645.240
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	598.724	—	—	—	598.724
Total	718.042	(144.354)	1.539.674	130.602	2.243.964

Nota 5 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2011			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	20.491.000	18.294.558	16.043.789	54.829.347
Custos de aquisição alocados	1.153.458	1.165.415	392.390	2.711.263
Custos administrativos – comissões	9.545	–	–	9.545
Custos administrativos alocados	7.581.438	7.013.994	2.071.192	16.666.624
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.850.045)	–	–	(9.850.045)
Total	19.385.396	26.473.967	18.507.371	64.366.734

EUR	2010			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	21.625.265	17.778.997	17.637.923	57.042.185
Custos de aquisição alocados	2.140.221	1.729.730	217.569	4.087.520
Custos administrativos – comissões	8.385	–	–	8.385
Custos administrativos alocados	8.739.239	7.810.803	2.050.918	18.600.960
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(10.060.081)	–	–	(10.060.081)
Total	22.453.029	27.319.530	19.906.410	69.678.969

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo não vida são analisados como segue:

	2011				
EUR	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	15.917.946	5.110.013	2.034.380	505.521	23.567.860
Custos de aquisição alocados	7.580.625	1.381.176	1.297.989	416.031	10.675.821
Variação dos custos de aquisição diferidos	737.538	17.028	(17.230)	12.131	749.467
Custos administrativos – comissões	389.429	6.502	4.737	2.082	402.750
Custos administrativos alocados	15.428.017	5.166.551	1.846.739	604.340	23.045.647
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(5.080.919)	(6.989.215)	—	(169.649)	(12.239.783)
Total	34.972.636	4.692.055	5.166.615	1.370.456	46.201.762
	2010				
EUR	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	15.267.481	4.700.371	2.134.403	580.542	22.682.797
Custos de aquisição alocados	9.043.667	1.378.577	1.457.079	458.226	12.337.549
Variação dos custos de aquisição diferidos	(210.395)	(111.612)	(234.126)	(19.636)	(575.769)
Custos administrativos – comissões	390.325	1.312	2.643	1.011	395.291
Custos administrativos alocados	17.997.421	2.320.138	3.880.545	618.609	24.816.713
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.056.992)	25	(6.643.335)	(388.838)	(14.089.140)
Total	35.431.507	8.288.811	597.209	1.249.914	45.567.441

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 72.749.000 (2010: Euros 74.250.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição com a Millenniumbcp Ageas.

Nota 6 – Rendimentos

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

EUR	2011	2010
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	191.467.277	222.399.565
Rendimentos de ativos financeiros detidos até à maturidade	17.712.646	–
Rendimentos de depósitos bancários	8.924.791	6.909.499
	218.104.714	229.309.064
Rendimentos de propriedades de investimento	–	(67.500)
Total	218.104.714	229.241.564

Nota 7 – Gastos financeiros

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euros 24.517.000 (2010: Euros 22.800.000) relativos a custos operacionais imputados à gestão de investimentos.

Os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A, feito em 2011 e 2010, no montante de Euros 2.868.000 e Euros 2.717.000 respetivamente (ver nota 36).

Nota 8 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2011			2010		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	37.462.186	(43.696.714)	(6.234.528)	20.620.397	(33.067.073)	(12.446.676)
Obrigações de outros emissores	5.043.395	(17.163.876)	(12.120.481)	10.720.697	(6.173.722)	4.546.975
Ações	7.285.229	(669.608)	6.615.621	4.766.349	(406.683)	4.359.666
De investimentos disponíveis para venda	49.790.810	(61.530.198)	(11.739.388)	36.107.443	(39.647.478)	(3.540.035)
De empréstimos concedidos e contas a receber	446.606	–	446.606	635	–	635
Total	50.237.416	(61.530.198)	(11.292.782)	36.108.078	(39.647.478)	(3.539.400)

Nota 9 – Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2011			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	95.740.731	(203.452.299)	262.999.319	155.287.751
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.849.070.906	(2.335.522.758)	336.110.013	(150.341.839)
Total	1.944.811.637	(2.538.975.057)	599.109.332	4.945.912

EUR	2010			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	(253.868.628)	290.162.646	84.059.901	120.353.919
De ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.441.055.476	(1.989.472.239)	433.037.644	(115.379.119)
Total	1.187.186.848	(1.699.309.593)	517.097.545	4.974.800

Os Outros ganhos / (perdas) líquidos incluem os rendimentos dos investimentos, bem como os ganhos e perdas de passivos financeiros (decorrentes dos contratos de unit linked).

Nota 10 – Diferenças de câmbio

Os ganhos/(perdas) cambiais são analisados como segue:

EUR	2011	2010
De investimentos disponíveis para venda	—	10.239
De empréstimos concedidos e contas a receber	(863.995)	(46.087)
Total	(863.995)	(35.848)

Nota 11 – Imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

A imparidade de outros ativos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2011	2010
De ativos financeiros disponíveis para venda	104.976.717	—
De propriedades de investimento	442.826	—
De devedores por operações de seguro directo e de resseguro	576.761	(249.481)
De outros devedores	(25.573)	7.038
Total imparidade	105.970.731	(242.443)
Outras provisões (variação)	—	150.000
Total	105.970.731	(92.443)

A imparidade de Ativos financeiros disponíveis para venda inclui o montante de Euro 52.618.000 relativo a Dívida soberana Grega, vendida na totalidade a 31 de dezembro de 2011 (ver nota 42).

Nota 12 – Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euros 28.246.000 (2010: Euros 29.700.000) relativos à amortização do VOBA – valor do negócio adquirido (ver nota 22).

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euros 11.117.000 (2010: Euros 11.258.000) relativos a comissões de gestão de fundos de pensões da Pensõesger, S.G.F.P., S.A.

Nota 13 – Custos e gastos por natureza a imputar

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

EUR	2011	2010
Gastos com pessoal		
Remunerações – órgãos sociais	1.590.884	1.240.830
Remunerações – pessoal	18.352.441	18.904.423
Encargos sobre remunerações	3.211.768	3.559.936
Benefícios pós emprego – planos benefícios definidos	5.160.705	3.368.734
Seguros obrigatórios	835.064	840.821
Gastos de ação social	121.129	110.045
Outros gastos	568.629	234.325
	29.840.620	28.259.114
Fornecimentos e serviços externos	40.824.092	36.674.584
Depreciações de ativos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	266.292	266.294
Equipamento de transporte e outro equipamento	16.233	21.173
Equipamento informático	62.491	111.894
	345.016	399.361
Amortizações dos ativos intangíveis		
Software	678.871	417.625
Valor do negócio adquirido (VOBA)	28.245.997	29.699.749
	28.924.868	30.117.374
Outros	20.733.678	32.031.126
Total	120.668.274	127.481.559

Os Custos com pessoal incluem o impacto da alteração do novo contrato CCT, nomeadamente o Prémio de assinatura e o Prémio de permanência (ver nota 24).

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euros 1.540.000 (2010: Euros 1.037.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euros 1.675.000 (2010: Euros 1.212.000) de Juros suportados, um

montante de Euros 21.942.000 (2010: Euros 22.414.000) relativos a Comissões e um montante positivo de Euros 4.423.000 relativos a variação de outras provisões (2010: despesa de Euros 7.368.000).

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos do Grupo geridas pela F&C.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

EUR	2011	2010
Custos com sinistros	9.248.994	10.356.013
Custos de exploração		
Custos de aquisição	13.387.084	16.425.070
Custos administrativos	39.712.271	43.417.673
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	22.554.908	22.122.469
Alocados à Conta Não Técnica	1.962.170	677.762
Outros custos não alocados	33.802.847	34.482.572
Total	120.668.274	127.481.559

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 464 e 461 respetivamente, dos quais 456 e 448 a tempo inteiro respetivamente.

II.5 NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO

Nota 14 – Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica respeita na totalidade a Depósitos bancários, no montante de Euro 213.549.000 (2010: Euro 154.979.000).

Nota 15 – Ativos financeiros detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011		2010	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Swaps taxa juro	91.398.719	6.885.020.259	188.979.500	5.365.125.354
Opções	7.005.682	69.025.000	9.958.600	85.875.000
FRA	123.407	41.500.000	47.575	41.500.000
Total	98.527.808	6.995.545.259	198.985.675	5.492.500.354
Dos quais:				
Nível 1	—	—	—	—
Nível 2	98.527.808	6.995.545.259	198.985.675	5.492.500.354
Nível 3	—	—	—	—
	98.527.808	6.995.545.259	198.985.675	5.492.500.354

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 16 – Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011			2010		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	45.479.268	(11.341.069)	34.138.199	44.076.810	158.645	44.235.455
Obrigações de outros emissores	4.641.661.072	(264.425.589)	4.377.235.483	6.160.881.886	(562.136.692)	5.598.745.194
Ações	451.925.411	(228.212.837)	223.712.574	200.378.160	13.561.283	213.939.443
Total	5.139.065.751	(503.979.495)	4.635.086.256	6.405.336.856	(548.416.764)	5.856.920.092
Dos quais:						
Nível 1			1.031.507.702			1.678.066.172
Nível 2			3.603.578.554			4.178.853.920
Nível 3			—			—
			4.635.086.256			5.856.920.092

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 17 – Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

	2011				2010			
EUR	Custo amortizado	Valias não realizadas	Imparidade	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	
Dívida pública	2.161.509.352	(158.782.302)	—	2.002.727.050	2.939.510.752	(137.584.138)	2.801.926.614	
Obrigações de outros emissores	2.357.779.121	(251.553.314)	—	2.106.225.807	2.888.458.492	(171.990.379)	2.716.468.113	
Ações	385.841.873	(597.779)	(51.146.375)	334.097.719	314.980.204	3.941.869	318.922.073	
Juros a receber	82.121.889	—	—	82.121.889	110.641.876	—	110.641.876	
Total	4.987.252.235	(410.933.395)	(51.146.375)	4.525.172.465	6.253.591.324	(305.632.648)	5.947.958.676	
Dos quais:								
Nível 1				4.315.713.304			5.602.294.662	
Nível 2				209.459.161			345.664.014	
Nível 3				-			-	
				4.525.172.465			5.947.958.676	

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial como ativos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 18 – Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

Nota 19 – Investimentos a deter até à maturidade

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Dívida pública	493.586.702	—
Obrigações de outros emissores	165.262.340	—
Total	658.849.042	—
Juros a receber	11.694.233	—
Total	670.543.275	—

Durante o segundo e quarto trimestres de 2011 o Grupo, de acordo com a IAS 39, procedeu à transferência de títulos de Ativos financeiros disponíveis para venda no valor de Euro 645.250.000 para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

EUR	NA DATA DE TRANSFERÊNCIA					A 31 DE DEZEMBRO DE 2011		
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Valor de Balanço reclassificado de ativos disponíveis para venda (a)	Valor dos cash flows futuros (b)	Taxa de juro efectiva (c)	Valor de Balanço dos investimentos detidos até à maturidade	Valor de mercado	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2011
Dívida pública	655.435.622	(174.089.431)	481.346.191	893.264.338	10,3%	493.586.702	403.570.655	12.678.367
Obrigações de outros emissores	187.282.549	(23.378.682)	163.903.867	217.372.716	6,2%	165.262.340	147.850.695	1.300.442
Total	842.718.171	(197.468.113)	645.250.058	1.110.637.054		658.849.042	551.421.350	13.978.809
						11.694.233		
						670.543.275		

(a) Corresponde ao valor de mercado na data da reclassificação e ao valor reclassificado para investimentos detidos até à maturidade

(b) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência

(c) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas reservas de justo valor do Grupo seria o seguinte:

EUR	2011
Reserva de justo valor	(107.427.692)
Impostos diferidos na Reserva de justo valor	26.856.923
	(80.570.769)

Nota 20 – Terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(2.253.094)	(1.986.802)
Imparidade	(3.983.822)	(3.540.997)
Saldo no final do ano	4.879.664	5.588.781
Justo valor	5.355.000	6.562.000

A vida útil estimada das propriedades de investimento, é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	25 anos
Componentes	10 anos

À data de 31 de Dezembro de 2011, no sentido de avaliar o valor recuperável dos Terrenos e edifícios, foi efectuada uma avaliação independente. Como resultado dessa avaliação foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de Euros 443.000, dado que o valor recuperável estimado era inferior ao valor de balanço.

Nota 21 – Outros ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Equipamento		
Equipamento informático	1.254.381	1.107.675
Equipamento administrativo	1.092.270	1.111.132
Outro equipamento	1.743.314	1.727.054
	4.089.965	3.945.861
Amortizações acumuladas	(2.792.099)	(2.713.375)
Saldo líquido	1.297.866	1.232.486

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

EUR	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.107.675	1.111.132	1.727.054	3.945.861
Aquisições	127.844	–	16.260	144.104
Transferências	18.862	(18.862)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.254.381	1.092.270	1.743.314	4.089.965
Amortizações				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	985.102	1.107.757	620.516	2.713.375
Amortizações do exercício	62.491	–	16.233	78.724
Transferências	18.860	(18.335)	(525)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.066.453	1.089.422	636.224	2.792.099
Saldo líquido 31 de dezembro 2010	122.573	3.375	1.106.538	1.232.486
Saldo líquido 31 de dezembro 2011	187.928	2.848	1.107.090	1.297.866

Nota 22 – Goodwill e Outros ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	Goodwill	VOBA	Outros intangíveis	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	315.740.469	527.989.676	8.205.377	851.935.522
Aquisições	–	–	1.066.996	1.066.996
Saldo em 31 de dezembro de 2011	315.740.469	527.989.676	9.272.373	853.002.518
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	–	(289.226.971)	(4.072.445)	(293.299.416)
Amortizações do exercício	–	(28.245.997)	(678.871)	(28.924.868)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	–	(317.472.968)	(4.751.316)	(322.224.284)
Saldo líquido em 31 de dezembro 2010	315.740.469	238.762.705	4.132.932	558.636.106
Saldo líquido em 31 de dezembro 2011	315.740.469	210.516.708	4.521.057	530.778.234

O *goodwill* está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., e foi distribuído como segue na data de aquisição:

SEGMENTO VIDA E PENSÕES [EUR]

Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360.068
	247.487.477

SEGMENTO NÃO VIDA [EUR]

Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074.457
Medis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.178.535
	68.252.992
	315.740.469

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efetuou uma revisão ao valor recuperável do *goodwill* e do VOBA – *value of business acquired*, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efetuado com base no orçamento a 4 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, considerando uma taxa de crescimento no longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 13,7% (2010: 11%).

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

EUR	2012	2013	2014	2015	2016	Após
VOBA – Amortização estimada	24.373.851	22.445.973	21.245.973	19.064.102	18.144.767	105.242.042

No âmbito da implementação do novo sistema técnico do Ramo Vida – AIA, a Ocidental Vida candidatou-se ao programa SIFIDE – Sistemas de Incentivos à I&D Empresarial, para os anos 2008, 2009 e 2010, sendo o benefício estimado de Euros 78.000, Euros 2.091.000 e Euros 1.325.000 respetivamente. A Companhia aguarda os resultados deste concurso. Com relação ao exercício de 2011, o processo está sob a análise da Agência de Inovação S.A.

Nota 23 – Provisões técnicas, líquidas de resseguro

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

EUR	2011		Total
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	
Valor bruto			
Provisão matemática do ramo Vida	191.142.144	4.653.826.652	4.844.968.796
Provisão para sinistros do ramo Vida	36.514.741	19.574.468	56.089.209
Provisão para participação nos resultados	431.163	48.811.394	49.242.557
· Atribuída	424.695	48.771.221	49.195.916
· A atribuir	6.468	40.173	46.641
Total bruto	228.088.048	4.722.212.514	4.950.300.562
Resseguro cedido			
Provisão matemática do ramo Vida	849.091	–	849.091
Provisão para sinistros do ramo Vida	1.041.935	–	1.041.935
Total resseguro	1.891.026	–	1.891.026
Saldo líquido	226.197.022	4.722.212.514	4.948.409.536

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

EUR	2010		Total
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	
Valor bruto			
Provisão matemática do ramo Vida	204.113.298	5.231.845.733	5.435.959.031
Provisão para sinistros do ramo Vida	30.090.548	8.961.652	39.052.200
Provisão para participação nos resultados	916.869	59.646.080	60.562.949
· Atribuída	821.429	58.018.449	58.839.878
· A atribuir	95.440	1.627.631	1.723.071
Total bruto	235.120.715	5.300.453.465	5.535.574.180
Resseguro cedido			
Provisão matemática do ramo Vida	724.921	—	724.921
Provisão para sinistros do ramo Vida	1.041.935	—	1.041.935
Total resseguro	1.766.856	—	1.766.856
Saldo líquido	233.353.859	5.300.453.465	5.533.807.324

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

Em 31 de dezembro de 2011 foi registada uma responsabilidade adicional no montante de Euros 13.227.000 (2010: Euros 3.088.000), resultante do teste da adequação das responsabilidades. O teste foi efetuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 38).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

EUR	2011				Total
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	24.468.586	5.600.832	5.217.376	3.221.529	38.508.323
Provisão para sinistros	54.739.834	11.312.876	23.002.141	7.311.770	96.366.621
Provisão para participação nos resultados	1.117.811	—	—	—	1.117.811
Provisão para desvios de sinistralidade	—	761.776	—	64.126	825.902
Provisão para riscos em curso	1.396.910	44.615	2.276.568	292.893	4.010.986
Total bruto	81.723.141	17.720.099	30.496.085	10.890.318	140.829.643
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	7.295.850	1.116.067	—	1.720.509	10.132.426
Provisão para sinistros	3.169.660	3.134.144	495.373	2.849.579	9.648.756
Total resseguro	10.465.510	4.250.211	495.373	4.570.088	19.781.182
Saldo líquido	71.257.631	13.469.888	30.000.712	6.320.230	121.048.461

EUR	2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	28.879.072	5.419.721	4.945.783	2.989.934	42.234.510
Provisão para sinistros	50.560.087	9.085.208	23.198.520	7.062.690	89.906.505
Provisão para participação nos resultados	516.392	—	—	—	516.392
Provisão para desvios de sinistralidade	—	697.228	—	64.126	761.354
Provisão para riscos em curso	2.015.702	88.228	1.999.689	182.069	4.285.688
Total bruto	81.971.253	15.290.385	30.143.992	10.298.819	137.704.449
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	9.159.270	1.242.575	—	1.734.147	12.135.992
Provisão para sinistros	3.301.434	1.803.908	250.742	2.843.497	8.199.581
Total resseguro	12.460.704	3.046.483	250.742	4.577.644	20.335.573
Saldo líquido	69.510.549	12.243.902	29.893.250	5.721.175	117.368.876

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 13.055.000 (2010: Euros 12.460.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Como resultado da alteração da política de provisionamento do ramo de Acidentes de trabalho, com o objetivo de alinhar com a política de provisionamento das rendas do ramo vida, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 2.477.000 (em 2010: Euros 1.168.000), tendo sido registado na sequência do resultado do teste da adequação das responsabilidades.

A provisão para sinistros vida e não vida, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 35.391.000 (2010: Euros 33.653.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2011 e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 2.206.000 (2010: Euros 1.872.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

EUR	2011	2010
Provisão para prémios não adquiridos	44.111.472	48.587.127
Custos de aquisição diferidos	(5.603.149)	(6.352.617)
Saldo líquido	38.508.323	42.234.510

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

EUR	2011	2010
Custos de aquisição diferidos em 1 de janeiro	6.352.617	5.776.848
Custos de aquisição do ano	5.603.149	6.352.617
Amortização dos custos de aquisição	(6.352.617)	(5.776.848)
Custos de aquisição diferidos 31 de dezembro	5.603.149	6.352.617

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

EUR	2011			2010		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de janeiro	60.562.949	516.392	61.079.341	97.641.724	486.392	98.128.116
Montantes pagos	(65.759.454)	0	(65.759.454)	(53.061.150)	(568.724)	(53.629.874)
Estimativa de montantes a atribuir	54.439.062	601.419	55.040.481	58.196.833	598.725	58.795.558
Shadow accounting	0	0	0	(42.214.458)	0	(42.214.458)
Total	49.242.557	1.117.811	50.360.368	60.562.949	516.391	61.079.340

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao shadow adjustment, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foi constituído qualquer montante de shadow adjustment devido ao nível de valias potenciais negativas em carteira.

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, foi atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

EUR	2011	2010
Participação nos resultados a atribuir, 1 janeiro	1.723.071	49.270.012
Libertação, de acordo com plano participação	(1.676.430)	(5.332.483)
Atribuída durante o ano	—	(42.214.458)
Participação nos resultados a atribuir, 31 dezembro	46.641	1.723.071
Participação nos resultados, 1 janeiro	58.839.878	48.371.712
Participação nos resultados distribuída no ano	(65.759.454)	(53.061.150)
Participação nos resultados atribuída — contratual	31.186.844	54.004.089
Participação nos resultados atribuída — comercial	24.928.648	5.296.018
Participação nos resultados atribuída — decisão de gestão	—	4.229.209
Participação nos resultados, 31 dezembro	49.195.916	58.839.878

Nota 24 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (“CCT”). Adicionalmente o Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia.

Em 23 de dezembro de 2011 foi assinado um novo Contrato coletivo de trabalho – Plano CCT. De acordo com este CCT revisto, foram introduzidas algumas alterações, as quais podem ser sucintamente apresentadas como segue: (i) será pago aos empregados um bônus adicional durante o primeiro trimestre de 2012; (ii) será atribuído aos empregados um novo prêmio de permanência sob a forma de aumento salarial adicional a cada 5 anos até aos 50 anos de idade, se determinados requisitos forem cumpridos; (iii) substituição do atual plano de benefício definido para um plano de contribuição definida, para os empregados contratados até 1995; e (iv) adoção de um plano de contribuição definida, para todos os empregados a partir de 1 de janeiro de 2013.

Ainda que a transferência de fundos apenas vá ocorrer em 2012, em resultado da alteração do CCT acima mencionado, o Grupo registou o impacto da liquidação do plano de benefício definido tal como estabelecido no CCT (plano base). No seguimento de uma decisão da Administração, a liquidação da responsabilidade será efetuada considerando uma taxa de desconto de 4%. Em resultado desta decisão, o Grupo registou uma perda de Euros 1.136.000.

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva datada de 23 de novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de setembro de 2006 mantêm, em termos do Plano Complementar, o plano de benefício definido, o qual se encontra financiado pela Adesão Coletiva n.º 72 ao Fundo Pensões Aberto ‘Horizonte Valorização’.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação atuarial efetuada em cada ano.

A avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efetuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2011	2010
Número de participantes		
Ativos	419	415
Reformados e Pensionistas	42	25
	461	440

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é apresentada como segue:

	2011	2010
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,25%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Tábua de mortalidade		
Homens	TV88/90	TV88/90
Mulheres	TV 88/90 – 2 anos	TV 88/90 – 2 anos
Método atuarial	Unidade de crédito projectado	Unidade de crédito projectado

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2011 e 2010, são como segue:

	2011				2010		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
EUR							
Responsabilidades por benefícios	(28.015.241)	(3.136.959)	(431.319)	(31.583.519)	(22.149.619)	(3.203.153)	(25.352.772)
Justo valor dos ativos do fundo	28.642.920	—	—	28.642.920	22.526.538	—	22.526.538
Valor líquido	627.679	(3.136.959)	(431.319)	(2.940.599)	376.919	(3.203.153)	(2.826.234)
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos	6.521.849	(175.981)	—	6.345.868	4.361.105	(144.806)	4.216.299
Ativos/(responsabilidades) líquidas de Balanço	7.149.528	(3.312.940)	(431.319)	3.405.269	4.738.024	(3.347.959)	1.390.065

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 9 (2010: 9), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 2.012.000 (2010: Euros 2.050.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do Ramo Vida.

Em 2011 os “Outros benefícios de longo prazo” são relativos a Prémios de Permanência considerados no novo Contrato Coletivo de trabalho para as Companhias de Seguros – “Plano CCT – Contrato Coletivo de trabalho da Atividade Seguradora”.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é analisado como segue:

EUR	2011				2010		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	22.149.619	3.203.153	—	25.352.772	19.353.688	2.933.695	22.287.383
Custo do serviço corrente	325.828	131.311	—	457.139	930.870	122.628	1.053.498
Custo dos juros	1.143.812	165.897	—	1.309.709	1.003.946	151.870	1.155.816
Custo do serviço passado	—	—	431.319	431.319	—	—	—
Pagamentos efetuados pelo fundo ou pelo Grupo	(1.156.863)	(58.460)	—	(1.215.323)	(972.227)	(34.598)	(1.006.825)
(Ganhos)/perdas atuariais	1.206.376	(35.115)	—	1.171.261	(299.602)	29.558	(270.044)
Efeito da liquidação do Plano do CCT	1.033.164	—	—	1.033.164	—	—	—
Programas de reformas antecipadas	2.863.305	180.173	—	3.043.478	1.755.497	—	1.755.497
Transferências entre fundos	450.000	(450.000)	—	—	377.447	—	377.447
Responsabilidades em 31 de dezembro	28.015.241	3.136.959	431.319	31.583.519	22.149.619	3.203.153	25.352.772

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como segue:

EUR	2011				2010		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	325.828	131.311	—	457.139	930.870	122.628	1.053.498
Custo dos juros	1.143.812	165.897	—	1.309.709	1.003.946	151.870	1.155.816
Rendimento esperado do fundo	(1.063.932)	—	—	(1.063.932)	(1.113.254)	—	(1.113.254)
Custo do serviço passado	—	—	431.319	431.319	—	—	—
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	282.552	(3.940)	—	278.612	523.065	(5.888)	517.177
Efeito da liquidação do Plano do CCT	1.135.699	—	—	1.135.699	—	—	—
Programas de reformas antecipadas	2.863.305	180.173	—	3.043.478	1.755.497	—	1.755.497
Transferências entre fundos	450.000	(450.000)	—	—	—	—	—
Custo do exercício	5.137.264	23.441	431.319	5.592.024	3.100.124	268.610	3.368.734

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é analisada como segue:

EUR	2011	2010
Saldo em 1 de janeiro	22.526.538	20.854.497
Contribuições do Grupo	7.548.769	3.181.183
Pagamentos efetuados pelo fundo	(1.156.864)	(972.227)
Retorno esperado do fundo	1.063.932	1.113.254
Ganhos/(perdas) atuariais do fundo	(1.339.455)	(2.027.616)
Transferências entre fundos	—	377.447
Saldo em 31 de dezembro	28.642.920	22.526.538

Os ganhos e perdas atuariais em 2011 e 2010, são analisadas como segue:

	2011				2010			
EUR	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	
(Ganhos)/ perdas atuariais no início do exercício	4.361.105	(144.806)	—	4.216.299	3.156.156	(180.252)	2.975.904	
(Ganhos)/ perdas atuariais nas responsabilidades	2.239.540	(35.115)	—	2.204.425	(299.602)	29.558	(270.044)	
(Ganhos)/perdas atuariais do fundo	1.339.455	—	—	1.339.455	2.027.616	—	2.027.616	
Amortização dos ganhos / (perdas) atuariais não reconhecidos	(282.552)	3.940	—	(278.612)	(523.065)	5.888	(517.177)	
Efeito da liquidação do Plano do CCT	(1.135.699)	—	—	(1.135.699)				
(Ganhos)/ perdas atuariais no final do exercício	6.521.849	(175.981)	—	6.345.868	4.361.105	(144.806)	4.216.299	

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 os ganhos / (perdas) atuariais resultantes de alterações dos pressupostos atuariais foram de Euros (624.000) e Euros 708.000 respetivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efetuadas pelo Grupo ascenderam a Euros 7.549.000 (2010: Euros 3.181.000), as quais foram na sua totalidade efetuadas em dinheiro.

Os Ativos/ (responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

	2011				2010			
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Outros benefícios de longo prazo	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	
EUR								
Ativos/(responsabilidades) em 1 janeiro em Balanço	4.738.024	(3.347.959)	—	1.390.065	4.656.965	(3.113.947)	1.543.018	
Custo normal	(5.137.264)	(23.441)	(431.319)	(5.592.024)	(3.100.124)	(268.610)	(3.368.734)	
Contribuições dos empregados e outras contribuições	7.548.768	58.460	—	7.607.228	3.181.183	34.598	3.215.781	
Ativos/(responsabilidades) em 31 dezembro em Balanço	7.149.528	(3.312.940)	(431.319)	3.405.269	4.738.024	(3.347.959)	1.390.065	

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos ativos do fundo são analisadas como segue:

EUR	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Responsabilidades por benefícios	(31.583.519)	(25.352.772)	(22.287.383)	(23.210.513)	(19.407.784)	(15.565.226)
Justo valor dos ativos do fundo	28.642.920	22.526.538	20.854.497	20.218.077	17.950.264	14.645.067
Valor líquido	(2.940.599)	(2.826.234)	(1.432.886)	(2.992.436)	(1.457.520)	(920.159)
Ganhos e (perdas) atuariais não reconhecidos	6.345.868	4.216.299	2.975.904	5.843.088	313.290	(1.184.759)
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	3.405.269	1.390.065	1.543.018	2.850.652	(1.144.230)	(2.104.918)

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

EUR	2011	2010
Títulos rendimento variável	—	82.898
Títulos rendimento fixo	17.297.697	13.990.262
Outros	11.345.223	8.453.377
	28.642.920	22.526.538

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,5% para 7,5%). O impacto é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Impacto no Custo com Pensões	20.727	19.622
Impacto nas Responsabilidades	501.913	443.573

Nota 25 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Tomadores de seguros	16.860.595	18.364.547
Mediadores de seguros	893.779	688.302
Resseguradores	11.711.195	10.932.241
	29.465.569	29.985.090
Imparidade	(5.169.666)	(4.592.905)
Devedores por operações de seguros	24.295.903	25.392.185
Outros devedores	13.176.553	20.218.388
Imparidade	(55.807)	(81.380)
Total Outros devedores	13.120.746	20.137.008
Total	37.416.649	45.529.193

Na rubrica Devedores por operações de seguro direto – tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 7.544.000 (2010: Euros 10.800.000) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

Na rubrica Outros devedores encontra-se ainda registado o montante de Euros 7.519.000 (2010: Euro 5.812.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre o Grupo Banco Comercial Português e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

EUR	2011		2010	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	4.592.905	81.380	4.835.349	23.935
Reversões	–	(25.573)	(465.316)	–
Dotação do exercício	576.761	–	222.872	–
Transferências e outros movimentos	–	–	–	57.445
Saldo no final do ano	5.169.666	55.807	4.592.905	81.380

Nota 26 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2011 e 2010 foi apurado pelo Grupo com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29%, que corresponde a taxa de imposto de 25%, acrescida de 1,5% de derrama e de um adicional de 2,5% para lucros tributáveis acima de 2 milhões de euros.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias do Grupo ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos e taxas ativos e passivos são analisados como se segue:

EUR	2011	2010
Ativos por impostos correntes	26.421.656	59.031.962
· Imposto sobre rendimento	1.693.162	34.291.053
· Outros impostos e taxas	24.728.494	24.740.909
Ativos por impostos diferidos	137.292.559	68.633.916
Ativos por impostos	163.714.215	127.665.878
Passivos por impostos correntes	8.475.925	7.047.114
· Imposto sobre rendimento	—	565.994
· Outros impostos e taxas	8.475.925	6.481.120
Passivos por impostos diferidos	61.049.846	69.241.185
Passivos por impostos	69.525.771	76.288.299

O valor em dívida ao sector público estatal, inclui fundamentalmente os impostos correntes a pagar ao Estado e Instituto de Seguros de Portugal, inerentes à atividade Seguradora, nomeadamente impostos sobre Apólices, FAT, Serviço Nacional de Bombeiros e Instituto Nacional de Emergência Médica.

À data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Estado e outros entes públicos inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como segue:

EUR	ACTIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Propriedades de investimento	16.872	33.743	—	—	16.872	33.743
Ativos intangíveis	—	—	(61.049.846)	(69.241.185)	(61.049.846)	(69.241.185)
Ativos financeiros	29.400.689	18.235.571	—	—	29.400.689	18.235.571
Passivos por contratos de seguro e de investimento	12.242.649	7.303.648	—	—	12.242.649	7.303.648
Provisões	2.138.853	3.232.915	—	—	2.138.853	3.232.915
Prejuízos fiscais reportáveis	91.399.798	38.885.348	—	—	91.399.798	38.885.348
Outros	2.093.699	942.691	—	—	2.093.699	942.691
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	137.292.559	68.633.916	(61.049.846)	(69.241.185)	76.242.713	(607.269)
Líquido de ativos/ passivos	—	—	—	—	—	—
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	137.292.559	68.633.916	(61.049.846)	(69.241.185)	76.242.713	(607.269)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2011 e 2010, foi reconhecido como segue:

EUR	2011		2010	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Propriedades de investimento	(16.871)	—	(12.509)	—
Ativos intangíveis	8.191.339	—	1.901.365	—
Ativos financeiros	1.023.625	10.141.493	710.873	5.705.430
Passivos por contratos de seguro e de investimento	4.939.001	—	2.118.168	—
Provisões	(1.094.062)	—	2.246.048	—
Prejuízos fiscais reportáveis (Segmento Vida)	(10.925.061)	63.439.511	(43.983.846)	82.869.191
Outros	1.151.007	—	145.066	—
Impostos diferidos ativos/ (passivos)	3.268.979	73.581.004	(36.874.835)	88.574.621

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2011 e 2010 é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Imposto corrente	(8.123.820)	(9.145.976)
Imposto diferido	3.268.979	(36.874.835)
Total do imposto reconhecido em resultados	(4.854.841)	(46.020.811)

O imposto sobre o rendimento reconhecido na reserva de justo valor (capital próprio) em 2011 e 2010 é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Imposto corrente	(24.851.325)	(24.851.325)
Imposto diferido	176.151.190	102.570.186
Total do imposto reconhecido na reserva de justo valor	151.299.865	77.718.861

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

EUR	2011	2010
Resultado antes de impostos	21.267.313	160.117.858
Taxa de imposto	29,0%	29,0%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	6.167.521	46.434.179
Efeito da alteração da taxa de imposto	-	7.223.693
Efeito da taxa aplicável aos prejuízos fiscais reportáveis	(1.731.104)	(7.037.415)
Outras diferenças permanentes	(42.642)	(710.777)
	4.854.841	46.020.811

Nota 27 – Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Acréscimos e diferimentos inclui um montante de Euros 1.473.000 (2010: Euros 1.060.000), relativos ao serviço prestado pela Accenture na gestão de sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel.

Nota 28 – Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

Esta rubrica no montante de Euros 5.266.382.000 (2010: Euros 6.018.205.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de unit-linked. Estes passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

Nota 29 – Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Depósitos recebidos de resseguradores	15.611.083	17.056.662
Outros passivos financeiros	212.524.569	213.574.989
Total	228.135.652	230.631.651

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

A rubrica “Outros passivos financeiros” inclui o valor das responsabilidades inerentes ao contrato de recompra (REPO) de investimentos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A. Os ativos incluídos no termo do acordo, não foram desreconhecidos nas Demonstrações financeiras da Millenniumbcp Ageas uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses investimentos (ver nota 36).

Nota 30 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Tomadores de seguros e intermediários	20.577.867	22.200.359
Resseguradores	7.581.069	5.679.450
Credores por operações seguro e resseguro	28.158.936	27.879.809
Outros credores	27.686.610	26.594.258
Total	55.845.546	54.474.067

À data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2011, o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A no montante de Euros 17.274.000 (2010: Euros 18.470.000) estão incluídas na conta de Tomadores de seguros e intermediários.

Nota 31 – Acréscimos e diferimentos

Em 2011, os acréscimos de custos incluem um montante de Euros 5.739.000 (2010: Euros 6.078.000) relativo a fees de gestão dos unit linked a pagar ao gestor de ativos do Grupo.

A estimativa do valor atual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), conforme referido nas políticas contabilísticas (FAT) no valor de Euros 866.000 (2010: Euros 897.000), está também incluído nos Acréscimos de custos.

Nota 32 – Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2011	2010
Provisão para impostos	93.437	259.892
Outras provisões	5.610.030	9.866.897
Total	5.703.467	10.126.789

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2011	2010
Saldo em 1 de janeiro	10.126.789	2.666.701
Reversão do exercício	(4.423.322)	(2.147.819)
Dotação do exercício	—	9.665.352
Outros movimentos	—	(57.445)
Saldo em 31 de dezembro	5.703.467	10.126.789

Em 31 de dezembro de 2010, foi anunciado pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva um plano de reestruturação, sendo que em resultado do mesmo, foi reconhecida uma provisão para reestruturação no montante de Euros 9.000.000.

Em 31 de dezembro de 2011 a reversão desta provisão inclui o montante de Euros 3.213.000 usado para reformas antecipadas e o montante de Euros 1.076.000 relativo a outros ajustes.

II.6 NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Nota 33 – Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se representado 200.000.475 ações com o valor nominal de Euros 5 cada.

Os acionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Ageas Insurance, B.V.	51
Banco Comercial Português, S.A. (*)	49
	100

(*) Através do BCP Investment B.V., detido a 100% pelo Banco Comercial Português S.A.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Ageas tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, durante o ano de 2011 e 2010 foi como segue:

EUR	2011	2010
Saldos em 1 de janeiro	(305.632.648)	83.179.589
Ajustamentos no justo valor	(97.880.947)	(391.497.758)
Vendas	(7.419.800)	2.685.521
Saldos em 31 de dezembro	(410.933.395)	(305.632.648)

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

EUR	2011	2010
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	4.987.252.235	6.253.591.324
Imparidade	(51.146.375)	—
Custo amortizado investimentos disponíveis para venda líquido imparidade	4.936.105.860	6.253.591.324
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	4.525.172.465	5.947.958.676
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(410.933.395)	(305.632.648)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos correntes e diferidos	105.427.538	77.718.861
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(305.505.857)	(227.913.787)

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2011 é analisado como se segue:

EUR	Capital	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	—	—	—	—	—	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	—	(410.933.396)	105.427.539	(305.505.857)	—	—	—	(305.505.857)
Ganhos e perdas não realizados de activos disponíveis para venda transferidos para activos detidos até à maturidade, bruto	—	(183.489.304)	45.872.326	(137.616.978)	—	—	—	(137.616.978)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	16.412.472	16.412.472
Resultados transitados	—	—	—	—	—	365.278.815	—	365.278.815
Reserva legal	—	—	—	—	7.717.054	—	—	7.717.054
Saldos 31 de dezembro 2011	1.000.002.375	(594.422.700)	151.299.865	(443.122.835)	7.717.054	365.278.815	16.412.472	946.287.881

O Capital próprio em 31 de dezembro de 2010 é analisado como se segue:

EUR	Capital	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido				
Capital	1.000.002.375	—	—	—	—	—	—	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	—	(305.632.648)	77.718.861	(227.913.787)	—	—	—	(227.913.787)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	114.097.047	114.097.047
Resultados transitados	—	—	—	—	—	251.277.808	—	251.277.808
Reserva legal	—	—	—	—	7.621.014	—	—	7.621.014
Saldos 31 de dezembro 2010	1.000.002.375	(305.632.648)	77.718.861	(227.913.787)	7.621.014	251.277.808	114.097.047	1.145.084.457

II.7 INFORMAÇÃO ADICIONAL AO REPORTE POR SEGMENTOS

Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo

EUR	2011					2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	156.585.059	22.741.228	20.393.581	3.574.699	203.294.567	148.435.922	21.283.366	21.503.674	3.166.333	194.389.295
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(111.717.432)	(12.877.829)	(16.835.095)	(1.186.886)	(142.617.242)	(107.013.625)	(12.883.286)	(17.285.177)	(1.008.114)	(138.190.202)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	618.792	(20.937)	(276.879)	(110.824)	210.152	(119.318)	144.354	(1.539.673)	(130.603)	(1.645.240)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(601.419)	—	—	—	(601.419)	(598.724)	—	—	—	(598.724)
Custos e gastos de exploração líquidos	(34.972.636)	(4.692.055)	(5.166.615)	(1.370.456)	(46.201.762)	(35.431.507)	(3.084.674)	(5.801.344)	(1.249.916)	(45.567.441)
Rendimentos	3.707.879	412.426	700.804	236.209	5.057.318	3.009.009	340.420	612.920	168.527	4.130.876
Gastos financeiros	(712.835)	(89.362)	(156.593)	(51.654)	(1.010.444)	(582.529)	(68.842)	(98.404)	(31.725)	(781.500)
Ganhos líquidos de activos financeiros	258.164	19.814	32.935	14.610	325.523	602.411	105.563	156.721	15.614	880.309
Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)	(861.343)	(80.586)	(132.492)	(46.022)	(1.120.443)	—	—	—	—	—
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	187.209	(10.841)	—	—	176.368	154.618	(9.757)	—	—	144.861
Margem técnica	12.491.438	5.401.858	(1.440.354)	1.059.676	17.512.618	8.456.257	5.827.144	(2.451.283)	930.116	12.762.234
Proveito dos investimentos					1.230.384					876.312
Mais/(menos) valias realizadas					(392.859)					(367)
Despesas gerais					(1.651.638)					(363.269)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					(543.700)					1.432.707
Resultado não técnico					(1.357.813)					1.945.383
Resultado antes de impostos					16.154.805					14.707.617
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões – Valor bruto	81.723.142	17.720.100	30.496.084	10.890.317	140.829.643	81.971.254	15.290.384	30.143.991	10.298.819	137.704.448
Parte dos resseguradores	10.465.510	4.250.211	495.373	4.570.088	19.781.182	12.460.704	3.046.483	250.742	4.577.644	20.335.573

Nota 35 – Conta técnica do ramo Vida por produto

EUR	2011				2010			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	137.290.120	174.810.662	—	312.100.782	160.663.536	952.143.656	—	1.112.807.192
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	—	—	63.024.243	63.024.243	—	—	64.321.622	64.321.622
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(61.831.672)	(893.786.810)	—	(955.618.482)	(52.410.543)	(525.507.621)	—	(577.918.164)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	13.095.324	635.261.430	—	648.356.754	(202.424)	(505.531.666)	—	(505.734.090)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(8.031.399)	(46.407.663)	—	(54.439.062)	(6.005.982)	(52.190.851)	—	(58.196.833)
Custos e gastos de exploração líquidos	(19.385.396)	(26.473.967)	(18.507.371)	(64.366.734)	(22.453.027)	(27.319.531)	(19.906.411)	(69.678.969)
Rendimentos	10.549.530	183.888.338	—	194.437.868	10.959.093	200.137.611	—	211.096.704
Gastos financeiros	(830.542)	(10.072.560)	(13.506.934)	(24.410.036)	(845.105)	(9.396.889)	(13.625.412)	(23.867.406)
Ganhos líquidos de activos financeiros	1.505.141	(112.403.852)	3.116.052	(107.782.659)	(486.290)	(5.795.428)	3.417.136	(2.864.582)
Amortização do valor do negócio adquirido (VOBA)	(21.018.990)	(3.088.598)	(4.138.409)	(28.245.997)	(21.668.614)	(3.731.143)	(4.299.992)	(29.699.749)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	192.101	2.071.141	(63.312)	2.199.930	122.192	1.550.209	(98.318)	1.574.083
Margem técnica	51.534.217	(96.201.879)	29.924.269	(14.743.393)	67.672.836	24.358.347	29.808.625	121.839.808
Proveito dos investimentos				17.987.542				14.080.477
Mais/(menos) valias realizadas				(4.271.024)				2.251.131
Despesas gerais				(5.867.382)				(5.097.316)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				12.006.764				12.336.139
Resultado não técnico				19.855.900				23.570.431
Resultado antes de impostos				5.112.507				145.410.239

II.8 OUTRAS NOTAS

Nota 36 – Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

EUR	2011	2010
Remunerações	1.590.884	1.240.830
Contribuições para o fundo de pensões	27.080	2.295.434
	1.617.964	3.536.264

A análise das transações com partes relacionadas, é analisada como segue:

BALANÇO [EUR]	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	213.549.355	—	—	—	213.549.355
Empréstimos concedidos e contas receber	769.753.833	—	—	—	769.753.833
Ativos financeiros disponíveis para venda	210.207.082	—	—	—	210.207.082
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.907.055.964	54.898.572	—	—	2.961.954.536
Outros ativos	122.408	448.491	—	3.836.588	4.407.487
Total do ativo	4.100.688.642	55.347.063	—	3.836.588	4.159.872.293
Provisões técnicas	102.891.087	—	—	—	102.891.087
Outros passivos financeiros	212.524.569	—	—	—	212.524.569
Outros passivos	18.040.720	1.365.571	27.622	—	19.433.913
Total do passivo	333.456.376	1.365.571	27.622	—	334.849.569
Líquido Ativo / (Passivo) 2011	3.767.232.266	53.981.492	(27.622)	3.836.588	3.825.022.724
Líquido Ativo / (Passivo) 2010	3.957.189.362	80.909.509	(11.847)	1.390.065	4.039.477.089

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS [EUR]	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	(6.537.186)	—	23.314.133	—	16.776.947
Dividendos e juros a receber	167.232.847	—	—	—	167.232.847
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(14.749.202)	—	—	—	(14.749.202)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(138.043.354)	(20.554.983)	—	—	(158.598.337)
Outros Proveitos	—	448.491	—	—	448.491
Total de proveitos	7.903.105	(20.106.492)	23.314.133	—	11.110.746
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	3.702.849	—	(10.781.703)	—	(7.078.854)
Custos de aquisição	(72.748.555)	—	—	—	(72.748.555)
Gastos gerais e administrativos	(18.496.927)	(1.365.571)	4.841.822	(5.160.705)	(20.181.381)
Total de custos	(87.542.633)	(1.365.571)	(5.939.881)	(5.160.705)	(100.008.790)
Líquido Proveitos / (Custos) 2011	(79.639.528)	(21.472.063)	17.374.252	(5.160.705)	(88.898.044)
Líquido Proveitos / (Custos) 2010	(376.876.501)	13.665.890	16.003.265	(3.368.734)	(350.576.080)

As transações com o Grupo BCP são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A. pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E. por serviços partilhados.

Em 2011, a Millenniumbcp Ageas fez um acordo de venda e recompra (REPO) de títulos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A, no montante de Euros 212.525.000 (2010: Euros 213.575.000). Os ativos vendidos e recomprados nos termos do acordo não foram desreconhecidos pela Millenniumbcp Ageas, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses títulos.

As transações com Partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

Nota 37 – Ativos sob gestão

A Pensõesger e é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

EUR	2011	2010
Títulos de rendimento fixo	2.835.331.930	3.016.468.389
Títulos de rendimento variável	504.362.867	3.151.544.683
Propriedades de investimento	524.852.043	549.608.291
Total	3.864.546.840	6.717.621.363

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

EUR	2011	2010
Saldo em 1 de janeiro	6.717.621.363	7.092.641.898
Contribuições líquidas	(55.127.982)	(100.470.051)
Mais/ (menos) valias realizadas	(51.395.742)	(259.793.729)
Transferências	(2.746.550.799)	(14.756.755)
Saldo em 31 de dezembro	3.864.546.840	6.717.621.363

O montante de Euros 2.746.550.799 é referente à transferência do Fundo de Pensões do BCP para a Segurança Social, de acordo com os termos do Decreto-lei 127/2011.

Nota 38 – Gestão de riscos

O Millenniumbcp Ageas é uma companhia de seguros, e assumir riscos é intrínseco na forma como a empresa cria valor para os seus clientes, acionistas, entidades reguladoras e agências de avaliação de *rating*. O objetivo é, por conseguinte, certificar-se que o valor é adicionado ao negócio através da aceitação, concentração e transformação dos riscos que podem ser identificados e geridos de forma

eficaz dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. O Millenniumbcp Ageas vê uma boa gestão de risco como a chave na garantia de um crescimento rentável sustentável e, conseqüentemente, uma competência nuclear.

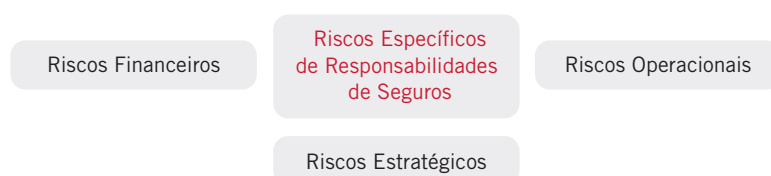
Dentro do modelo de governo do Millenniumbcp Ageas é estabelecida uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

A abordagem do Millenniumbcp Ageas relativa à gestão de riscos baseia-se num processo, com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado, definindo, através de um conjunto de regulamentos, as normas de conduta, os limites e os mínimos de aceitação de riscos pré-identificados de acordo com uma taxonomia de risco. Esta taxonomia descreve as funções e responsabilidades no âmbito da gestão de riscos e define também os requisitos de reporte.

O Millenniumbcp Ageas tem várias componentes da função de gestão de riscos centralizadas no Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), sendo ao mesmo tempo o responsável pelo risco (CRO).

Os principais riscos dentro da taxonomia de risco do Millenniumbcp Ageas foram definidos com o objetivo de assegurar uma abordagem coerente e abrangente para identificação dos riscos, avaliação, monitorização por forma a responder transversalmente a todas as suas subsidiárias.

A taxonomia de risco é dividida em quatro grandes categorias onde os três primeiros riscos são quantificados dentro do pilar I no âmbito da diretiva de Solvência II;



Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos podem ser um importante risco condutor do perfil de risco geral da companhia e como tal são analisados de uma perspetiva qualitativa baseado no pilar II da diretiva de Solvência II.

Os riscos estratégicos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade do Millenniumbcp Ageas em cumprir o seu plano de negócios atual e também de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui mudanças no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou na forma como as pessoas (clientes ou pessoal) se comportam.

No Millenniumbcp Ageas a gestão dos riscos estratégicos está implícita no processo de orçamento anual. A identificação dos principais riscos estratégicos é feita através do processo KRR (*Key Risk Reporting*) que também contribui na elaboração e execução da resposta apropriada a nível estratégico.

Outros processos importantes que estão envolvidos na gestão estratégica global de risco são as seguintes: análise estratégica, apetite ao risco, planeamento da gestão de capital e aprovação de produtos.

Riscos Financeiros

Os riscos financeiros são divididos em duas diferentes categorias, *risco de mercado* e *risco de incumprimento da contraparte*.

Risco de Incumprimento da Contraparte

O *Risco de Incumprimento da Contraparte* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como acordos de resseguro, titularizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Este risco não inclui o risco de perdas resultantes do incumprimento de ativos comprados para fins de investimento – este risco é definido como um risco de investimento em vez de risco de incumprimento da contraparte e é coberto dentro do risco de spread e do risco de mercado.

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o risco de *spread* e do risco de incumprimento da contraparte, a taxonomia de risco do Millenniumbcp Ageas é elaborada por forma a garantir que todos os riscos relacionados com o crédito sejam identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

A ambição do Millenniumbcp Ageas é monitorizar este risco no âmbito do apetite ao risco e a gestão de capital associado aos processos sob os requisitos de Solvência II.

Risco de Mercado

O *Risco de Mercado* significa o risco de perda ou de alteração na situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, ativos e passivos.

O Millenniumbcp Ageas reconhece que este risco é inevitável no negócio, e que um certo nível de risco de mercado é aceitável para oferecer benefícios quer aos segurados quer aos acionistas.

Para o Millenniumbcp Ageas o risco de mercado decorre principalmente dos processos de investimentos em obrigações, ações, fundos de investimento e outros títulos.

A diversificação é uma das ações de mitigação para reduzir o risco de investimento, e por conseguinte são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “investimentos disponíveis para venda”, “investimentos ao justo valor através de resultados”, “investimentos detidos até à maturidade” bem como “carteira de negociação”, por tipo de ativo:

CARTEIRA DE INVESTIMENTO [EUR]	2011	%	2010	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.525.172.465	100,0%	5.947.958.676	100,0%
Dívida pública	2.029.533.475	44,8%	2.854.640.375	48,0%
Obrigações	2.161.541.300	47,8%	2.774.352.589	46,6%
Ações	16.484.099	0,4%	217.085	0,0%
Fundos de investimento:			—	
Obrigações	85.537.923	1,9%	89.774.578	1,5%
Ações	7.551.085	0,2%	9.049.460	0,2%
Imobiliário	198.426.022	4,4%	193.840.822	3,3%
Alternativos	26.098.562	0,6%	26.083.767	0,4%
Ativos financeiros ao justo valor	4.635.086.256	100%	5.856.920.092	100%
Dívida pública	34.138.199	0,7%	44.235.455	2,4%
Obrigações	4.377.235.483	94,4%	5.598.745.194	93,9%
Ações	2.402.957	0,1%	—	0,0%
Fundos de investimento:				
Obrigações	99.258.912	2,1%	99.740.430	1,7%
Ações	105.170.807	2,3%	102.701.740	1,8%
Alternativos	16.879.898	0,4%	11.497.273	0,2%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	670.543.275	100%	0	0%
Dívida pública	504.487.799	75,2%	0	0,0%
Obrigações	166.055.476	24,8%	0	0,0%
Detidos para negociação	(113.996.761)	100%	(14.589.314)	—
Derivados de negociação	98.527.808		198.985.675	
Repo	(212.524.569)		(213.574.989)	
Total	9.716.805.235		11.790.289.455	

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

EUR	2011	2010
Ativo		
Caixa e disponibilidades	213.549.355	154.979.246
Empréstimos e contas a receber	769.753.833	301.050.166
Devedores por operações de seguro direto, resseguro e outros	37.416.649	45.529.193
Investimentos a deter até à maturidade	670.543.275	—
Total	1.691.263.112	501.558.605
Passivo		
Outras responsabilidades financeiras	228.135.652	230.631.651
Credores por operações de seguro direto, resseguro e outros	55.845.546	54.474.067
Total	283.981.198	285.105.718

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

As ações detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de setor:

ACTIVOS FINANCIEROS DÍSPONÍVEIS PARA VENDA [EUR]	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	16.465.226	99,9%	167.792	77,3%
Comunicações	16.613	0,1%	47.033	21,7%
Consumíveis não cíclicos	2.250	0,0%	2.250	1,0%
Consumíveis cíclicos	10	0,0%	10	0,0%
	16.484.099	100,0%	217.085	100,0%

As obrigações detidas pelo Milleniumbcp Ageas podem ser decompostas por tipo de setor:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2011		2010		2011		2010		2011		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.029.533.475	48,4%	2.850.570.636	50,6%	34.138.199	0,8%	44.235.455	0,8%	504.487.799	75,2%	—	0,0%
Instituições financeiras	1.587.207.039	37,9%	2.075.542.775	36,9%	3.133.680.902	71,0%	4.030.146.615	71,4%	18.837.223	2,8%	—	0,0%
Operações de securitização	6.611.866	0,2%	17.884.986	0,3%	13.321.432	0,3%	78.859.664	1,4%	—	0,0%	—	0,0%
Indústria	129.406.897	3,1%	154.650.144	2,7%	397.604.889	9,0%	395.895.803	7,0%	62.817.696	9,4%	—	0,0%
Setores básicos e energéticos	149.242.569	3,6%	153.156.481	2,7%	26.199.396	0,6%	140.840.299	2,5%	—	0,0%	—	0,0%
Operações hipotecárias	11.487.926	0,3%	17.367.722	0,3%	7.383.560	0,2%	9.413.504	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
Consumíveis não cíclicos	48.064.006	1,1%	62.149.354	1,1%	120.635.051	2,7%	127.529.321	2,3%	—	0,0%	—	0,0%
Consumíveis cíclicos	66.659.757	1,6%	33.313.183	0,6%	123.198.237	2,8%	207.300.226	3,7%	353.487	0,1%	—	0,0%
Comunicações	124.970.073	3,0%	146.615.891	2,6%	168.448.094	3,8%	188.449.482	3,3%	8.513.628	1,3%	—	0,0%
Materias primas	1.053.399	0,0%	22.873.606	0,4%	315.492.230	7,2%	337.380.198	6,0%	21.562.348	3,2%	—	0,0%
Diversos	6.585.500	0,2%	64.241.175	1,1%	71.271.691	1,6%	84.951.352	1,5%	53.971.093	8,0%	—	0,0%
Energia	30.252.268	0,7%	30.627.013	0,5%	—	0,0%	906.082	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
	4.191.074.775	100,0%	5.628.992.964	100,0%	4.411.373.682	100,0%	5.645.908.002	100,0%	670.543.275	100,0%	—	0,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DE RATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros ao justo valor				Ativos financeiros detidos até à maturidade			
	2011		2010		2011		2010		2011		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	1.443.799.588	34,4%	941.385.297	16,5%	2.875.581	0,1%	13.312.232	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
AA	390.926.737	9,3%	1.097.203.865	19,3%	5.597.484	0,1%	15.500.615	0,3%	—	0,0%	—	0,0%
A	580.399.789	13,8%	2.548.440.315	45,2%	58.619.784	1,3%	357.701.418	6,0%	—	0,0%	—	0,0%
BBB	656.987.952	15,6%	889.073.844	16,2%	820.137.679	18,6%	4.732.742.759	84,2%	41.341.074	6,2%	—	0,0%
BB	1.006.534.560	24,0%	113.185.184	2,0%	3.425.573.633	77,7%	419.869.003	7,5%	629.202.201	93,8%	—	0,0%
B	83.115.764	2,0%	—	0,1%	35.231.691	0,8%	5.461.585	0,0%	—	0,0%	—	0,0%
CCC	—	0,0%	5.316.845	0,1%	1.071.614	0,0%	9.604.471	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
CC	826.053	0,2%	762.049	0,0%	1.451.314	0,0%	11.230.057	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
C	—	0,0%	—	0,0%	6.599.850	0,1%	10.469.093	0,2%	—	0,0%	—	0,0%
Não cotados	28.484.332	0,7%	33.625.565	0,6%	54.215.053	1,2%	70.016.769	1,3%	—	0,0%	—	0,0%
Total	4.191.074.775	100,0%	5.628.992.964	100,0%	4.411.373.682	100,0%	5.645.908.002	100,0%	670.543.275	100,0%	0	0,0%
Dívida pública – AFDV*	2.029.533.475	48,4%	2.854.640.375	50,7%	34.138.199	0,8%	44.235.455	0,8%	504.487.799	75,2%	0	0,0%
Obrigações – AFDV*	2.161.541.300	51,6%	2.774.352.589	49,3%	4.377.235.483	99,2%	5.601.672.547	99,2%	166.055.476	24,8%	0	0,0%
Total	4.191.074.775	100,0%	5.628.992.964	100,0%	4.411.373.682	100,0%	5.645.908.002	100,0%	670.543.275	100,0%	0	0,0%

(*) AFDV – Activos Financieros
Disponíveis para Venda.

Para depósitos, outros devedores por operações de seguros e outras operações de crédito (baseados em notações de *rating* externas ou equivalentes) os números são os seguintes (os montantes associados aos ratings referem-se apenas aos resseguradores que apresentam saldo devedor):

EUR	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
B	983.303.188	100,0%	456.029.412	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AAA	219.951	0,6%	168.564	0,4%
AA	4.419.230	11,8%	4.003.204	8,8%
A	5.092.435	13,6%	3.030.386	6,7%
Sem rating	27.685.033	74,0%	38.327.038	84,2%
	37.416.649	100,0%	45.529.193	100,0%
Total	1.020.719.837		501.558.605	

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	DISPONÍVEIS PARA VENDA				%
	Portugal	Luxemburgo	Ilhas Caimão	Total	
Obrigações	–	85.537.923	–	85.537.923	26,9%
Ações	2.423.625	5.127.460	–	7.551.085	2,4%
Imobiliário	198.426.022	–	–	198.426.022	62,5%
Alternativos	–	–	26.098.562	26.098.562	8,2%
Total em dezembro 2011	200.849.647	90.665.383	26.098.562	317.613.593	100,0%
Obrigações	282.728	89.730.195	–	90.012.923	31,0%
Ações	85.904	73.930	–	159.833	0,1%
Imobiliário	174.266.911	–	–	174.266.911	60,0%
Alternativos	–	–	26.083.767	26.083.767	9,0%
Total em dezembro 2010	174.635.543	89.804.124	26.083.767	290.523.435	100,0%

FUNDOS DE INVESTIMENTO POR ZONA GEOGRÁFICA [EUR]	JUSTO VALOR								Total	%
	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Alemanha	Inglaterra		
Obrigações	387.133	77.240.840	14.956.726	6.151.523	–	–	–	522.691	99.258.912	44,9%
Ações	91.272	76.161.143	–	18.582.687	–	478.760	5.708.746	4.148.198	105.170.807	47,5%
Alternativos	–	10.736.640	–	–	6.143.258	–	–	–	16.879.898	7,6%
Ações	478.405	164.138.623	14.956.726	24.734.210	6.143.258	478.760	5.708.746	4.670.889	221.309.617	100,0%
Obrigações	389.236	71.601.592	13.999.397	13.213.558	–	–	–	536.648	99.740.431	46,6%
Ações	113.773	79.751.898	–	22.119.752	–	413.802	–	302.514	102.701.739	48,0%
Alternativos	–	3.743.183	–	926.456	6.826.439	–	1.195	–	11.497.273	5,4%
Ações	503.009	155.096.673	13.999.397	36.259.766	6.826.439	413.802	1.195	839.162	213.939.443	100,0%

Como parte do risco de mercado, o risco de liquidez é o risco esperado e inesperado das exigências de caixa pelos tomadores de seguros e por outros titulares de contratos que não podem ser satisfeitos sem sofrer perdas ou sem pôr em perigo o negócio devido a restrições de disponibilidade de ativos.

Para o risco de liquidez, a abordagem do Millenniumbcp Ageas situa-se numa combinação de gestão de recursos de financiamento, bem como na manutenção de uma reserva de ativos altamente negociáveis (de acordo com as regras de investimento).

A 31 de dezembro de 2011 e 2010, os cash-flows previsionais (não descontados) para os instrumentos financeiros, de acordo com sua maturidade, são apresentados da seguinte forma:

RISCO DE LIQUIDEZ 2011 [EUR]	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	284.008.718	144.687.051	1.128.741.099	2.566.988.994	1.212.976.621	—	5.337.402.484
Ativos financeiros a taxa variável	10.713.003	59.466.158	60.049.117	332.857.691	360.200.681	—	823.286.650
Outros ativos financeiros	773.225.259	71.971.489	220.443.038	65.155.994	1.052.708	224.453.952	1.356.302.441
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	160.208.126	499.716.994	267.469.490	2.467.279.560	1.342.542.396	334.112.640	5.071.329.206
Ativos financeiros	1.228.155.106	775.841.693	1.676.702.744	5.432.282.240	2.916.772.406	558.566.592	12.588.320.781
Ativos Não Financeiros	3.053.494.32	6.106.988.63	29.544.766.96	237.402.249.74	31.007.922.77	420.982.511.58	728.097.934
Total de ativos	1.231.208.600	781.948.682	1.706.247.511	5.669.684.490	2.947.780.329	979.549.103	13.316.418.715
Outros passivos financeiros	18.742.360	13.623.690	228.179.449	23.747.695	99.540	19.785	284.412.519
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	9.219.527	180.420.081	449.961.242	3.222.871.853	1.403.909.790	—	5.266.382.493
Passivos Financeiros	27.961.887	194.043.771	678.140.691	3.246.619.548	1.404.009.330	19.785	5.550.795.012
Passivos não financeiros	65.182.975	36.245.108	248.633.606	3.123.701.690	2.643.169.513	—	6.116.932.892
Total de passivos	93.144.863	230.288.879	926.774.297	6.370.321.237	4.047.178.843	19.785	11.667.727.904

RISCO DE LIQUIDEZ 2010 [EUR]	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Ativos financeiros a taxa fixa	135.865.793	59.372.402	571.980.796	2.698.340.930	2.617.821.235	—	6.083.381.155
Ativos financeiros a taxa variável	31.976.670	17.818.295	96.978.957	427.287.615	521.747.099	—	1.095.808.637
Outros ativos financeiros	207.509.413	382.307.777	355.705.393	564.488.539	45.922.264	319.838.705	1.875.772.091
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	—	492.210.062	737.429.032	2.121.982.471	2.291.359.084	213.939.443	5.856.920.092
Ativos Financeiro	375.351.876	951.708.536	1.762.094.178	5.812.099.555	5.476.849.682	533.778.148	14.911.881.975
Ativos não financeiros	(185.212)	(370.424)	12.698.705	205.866.797	124.990.570	315.740.469	658.740.905
Total de ativos	375.166.664	951.338.112	1.774.792.883	6.017.966.352	5.601.840.252	849.518.617	15.570.622.880
Outros passivos financeiros	21.137.038	47.570.570	234.499.439	2.229.311	289.202	—	305.725.559
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	4.823.586	348.705.559	575.988.654	3.213.655.813	1.875.031.626	—	6.018.205.238
Passivos Financeiros	25.960.624	396.276.129	810.488.093	3.215.885.124	1.875.320.828	—	6.323.930.797
Passivos não financeiros	45.635.825	32.768.518	91.748.246	1.759.282.917	5.214.432.180	—	7.143.867.685
Total de passivos	71.596.449	429.044.646	902.236.339	4.975.168.041	7.089.753.008	—	13.467.798.482

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projetados e não se encontram descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes no Millenniumbcp Ageas para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Para os ativos financeiros, nomeadamente os investimentos (exceto Unit Linked), foi tomado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento, tendo sido considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projetado a pagar até à maturidade, usando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em dezembro de 2011 e 2010 respetivamente.

No que diz respeito ao passivo, no apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento, foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) O valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foi considerado com maturidade “à vista”;
- ii) No cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

O *risco de câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer produto financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência do Millenniumbcp Ageas (Eur).

O Millenniumbcp Ageas definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto. Apenas os produtos Unit Linked estão expostos a risco de câmbio.

O balanço consolidado do Millenniumbcp Ageas tem a seguinte exposição por moeda:

RISCO CAMBIAL 2011 [EUR]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	10.552.254.572	29.775.110	6.991.089	4.231.081	10.593.251.853
Outros ativos	1.084.895.722	—	—	—	1.084.895.722
Total de ativos	11.637.150.294	29.775.110	6.991.089	4.231.081	11.678.147.575
Passivo	10.731.859.694	—	—	—	
Total de passivos	10.731.859.694	—	—	—	10.731.859.694

RISCO CAMBIAL 2010 [EUR]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	7.710.182.224	37.365.817	7.247.679	7.189.281	7.761.985.001
Outros ativos	5.461.295.267	—	—	—	5.461.295.267
Total de ativos	13.171.477.491	37.365.817	7.247.679	7.189.281	13.223.280.268
Passivo	12.078.195.811	—	—	—	12.078.195.811
Total de passivos	12.078.195.811	—	—	—	12.078.195.811

Millenniumbcp Ageas Modelo de Governo – Risco Mercado

As funções e responsabilidades relacionadas com o risco de mercado (e gestão de riscos financeiros) no Millenniumbcp Ageas estão claramente definidas e podem ser resumidas da seguinte forma:

- › O Conselho de Administração do Millenniumbcp Ageas fornece a aprovação final da estratégia de investimentos;
- › As decisões de investimento no Millenniumbcp Ageas e em todas as suas subsidiárias são da responsabilidade do pelouro financeiro (CFO) e do Departamento de Investimentos. Para além disso o CFO tem responsabilidades na gestão do risco de mercado o qual delega no Comité de Gestão de Ativos (subcomité do Comité de Risco).
- › A gestão operacional dos investimentos é da responsabilidade da função de Investimentos e da gestão de ativos do Millenniumbcp Ageas. Esta atividade

pode ser delegada a gestores externos de ativos através de mandatos de investimento, como é atualmente efetuado com a F&C Portugal. O contrato entre o Millenniumbcp Ageas e a F&C Portugal define os serviços específicos que são fornecidos.

- › O departamento de gestão de riscos:
 - É responsável pela análise do ALM e pela alocação estratégica de ativos, bem como informar sobre a exposição ao risco de mercado do Millenniumbcp Ageas;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da *Strategy Asset Allocation* – SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao CFO;
 - Reporta sobre a adesão à estratégia de investimento e políticas relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos (ou seja, limites ligeiros).
- › Função de Investimentos:
 - Apoia o trabalho do Comité de Gestão de Ativos (AMC);
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo AMC/Comité de Risco ou por Reguladores locais.
- › O comité de riscos:
 - É responsável pela aprovação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento (ou seja, limites rígidos).

No início do ano, a função de *Risk Officer* terá lugar:

1. Propor e restringir o apetite ao risco bem como as restrições de riscos agregados;
2. Fornecer um parecer sobre a adequação da política de risco de mercado local.
3. Dar parecer sobre a estratégia global de investimento e garantir que o Grupo Ageas emite um parecer sobre a estratégia de investimento proposta anterior à aprovação pelo Conselho de Administração local;
4. Membro do Comité de Gestão de Ativos (AMC).

A gestão de riscos relativamente ao risco de mercado no Millenniumbcp Ageas é construída tendo por base os seguintes quatro blocos:

- › Definir restrições de risco relacionadas com o apetite de risco e outros controlos de risco;
- › Realizar estudos de combinação de ativos estratégicos para determinar a estratégia de investimento ideal e limites tendo em conta as restrições de risco;
- › Tomar medidas para evitar que a exposição real ultrapasse os limites definidos;
- › Agir em resposta à evolução dos mercados e da economia de um modo geral, ou seja, ajustando a estratégia de investimento e os limites, se necessário.

Sob estes princípios o Millenniumbcp Ageas monitoriza e controla o risco de mercado através de indicadores específicos de risco, tais como:

- i) Análises *Cash-Flow gap*, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade dos ativos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre ativos e passivos para as diferentes maturidades;
- ii) Análises de sensibilidade às taxas de juro, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos ativos e dos passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- iii) “*Duration*”, a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: reflete a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- iv) “*Earnings at risk*”, que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- v) “*Value at Risk*” (*VaR*), que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o *VaR* é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

Riscos Específicos de Responsabilidades de Seguros

“Seguro é uma forma de gestão de risco usado principalmente como forma de proteção contra o risco de uma perda contingente, incerta. Seguro é definido como a transferência equitativa do risco de uma perda, de uma entidade para outra, em troca de um pagamento. Uma seguradora é uma empresa que vende o seguro; o segurado ou tomador do seguro é a pessoa singular ou coletiva que compra a apólice de seguro. O montante a ser cobrado por uma certa quantidade de cobertura de seguro é chamado de prémio. Gestão de riscos, a prática de avaliação e controlo de risco, evoluiu como um campo distinto de estudo e prática” fonte: (Wikipédia, enciclopédia livre).

As companhias de seguros aceitam, como elemento-chave, os riscos através de contratos de seguro, que são classificados de acordo com a taxonomia dos riscos específicos de seguros.

O *Risco Específico de Responsabilidade de Seguros* refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo quaisquer componentes que são cobertas pelo investimento ou riscos operacionais. De acordo com a taxonomia de risco do Millenniumbcp Ageas, os riscos específicos de seguros podem ser divididos nas seguintes categorias:

- › Riscos de responsabilidades de seguros de vida;
- › Riscos de responsabilidades de seguros não vida;
- › Riscos de responsabilidades de seguros de saúde.

Riscos Específicos de Responsabilidades de Seguros de Vida

O risco de responsabilidade do seguro de vida é dividido em dois grandes blocos: *Risco de Subscrição de Vida* e o *Risco de Catástrofe*.

Os sinistros relativos aos produtos de seguro de vida risco e de rendas vitalícias, são sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Descidas nas taxas de mortalidade relacionadas com o preço da mortalidade são conhecidas como risco de longevidade, enquanto os aumentos são referidos como risco de mortalidade. O aumento inesperado nas taxas de mortalidade conduzirá a um aumento dos sinistros previstos para os produtos de vida risco e a uma diminuição dos sinistros para produtos de rendas vitalícias, enquanto que o decréscimo nas taxas de mortalidade (risco de longevidade) terá o impacto oposto. Dada a natureza a longo prazo do ramo vida, mudanças inesperadas nas taxas de resgates ou despesas a curto prazo também podem ter um impacto significativo.

O *Risco de Catástrofe* é o risco de perda ou de alteração do valor do passivo seguro, resultante da incerteza significativa dos preços e provisionamento dos pressupostos relacionados com eventos extremos ou excecionais.

Um dos riscos de seguro de vida, o risco de longevidade, ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do *pricing*, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Na conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são constituídas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

Tendo em conta o aumento contínuo esperado na expectativa de vida da população segura, o risco de aumento inesperado da esperança de vida, dá origem a outro risco de seguros de vida bastante importante, o risco de mortalidade, não tendo este um impacto significativo ao nível da carteira atual. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de proteção da retenção.

Os principais pressupostos atuariais usados no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	2,61%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

Relativamente a Acidentes de Trabalho, a análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco a 10 anos apresenta um máximo de 3,5%.

De acordo com a atual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos atuariais definidos em cada apólice.

Para o Millenniumbcp Ageas os pressupostos são os seguintes:

	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
Risco	PM 60/64 ou GKM 80	3% ou 4%
Rendas*	GKF 80 ou TV 73/77	3% ou 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 ou GKF 80	0%, 2%, 2,4% 3%, 3,25% ou 4%

* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%, independentemente das bases técnicas utilizadas no cálculo do prémio.

Em 31 dezembro de 2011 e de 2010, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica das carteiras. Os *cash flows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

	2011		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
Vida Ativa	70% GKM95	70% GKF95	70% GKM95	70% GKF95
Crédito Habitação	52,5% GKM95	50% GKF95	52,5% GKM95	52,5% GKF95
Crédito Pessoal	55% GKM95	50% GKF95	55% GKM95	50% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	40% GKF95	40% GKM95	40% GKF95

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas à ocorrência de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante, por exemplo, nas carteiras de seguros de saúde, acidentes pessoais, acidentes de trabalho e vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários fatores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. O Millenniumbcp Ageas também mitiga o risco de invalidez através da adoção de questionários médicos adequados e de uma cobertura apropriada de resseguro.

O Millenniumbcp Ageas executa com regularidade análises de sensibilidade do justo valor das responsabilidades de seguros. O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor atual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de fatores financeiros e não financeiros. Deve ser

entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos ativos e das responsabilidades:

Vida [EUR]

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE	Impacto no Justo Valor em 31.12.2011	Impacto no Justo Valor em 31.12.2010
Taxas de juro sem risco +100bp	52.617.880	(39.509.045)
Taxas de juro sem risco -100bp	(68.194.562)	35.313.558
Imobiliário e ações -10%	(37.261.673)	(24.931.988)
Despesas gerais -10%	11.957.489	13.136.397
Taxas de Mortalidade -5%	9.335.125	11.087.006
Taxas de anulação/resgate -10%	20.038.206	27.613.095

Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida e de Saúde

O *Risco de Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida* reflete o risco decorrente das obrigações de seguro não vida, em relação à cobertura de responsabilidades e aos custos de regularização de sinistros.

O *Risco Específico de Responsabilidade de Seguros Não Vida* pode surgir devido à incerteza dos níveis de sinistralidade relativamente aos ramos Automóvel, Incêndio e Multirriscos, Responsabilidade Civil, Acidentes de Trabalho e outras linhas de negócios.

Para o risco específico de responsabilidade de seguros de Saúde e de Acidentes de Trabalho, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um fator importante a ter em conta no processo de análise da volatilidade/severidade dos respetivos custos. Os sinistros de curto prazo (i.e., sinistros com prazo de regularização curto), tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multirriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros, tais como os relativos a danos corporais, pode levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de longo prazo é mais difícil e obriga a um trabalho mais pormenorizado, resultando numa maior incerteza quanto às estimativas dos pagamentos futuros.

As provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, o Millenniumbcp Ageas constitui provisões por sinistro, cobertura e tipo de dano, tomando em linha de conta as projeções dos pagamentos não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. É ainda considerado o custo da inflação futura.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisão para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do

tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efetuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado, as políticas de subscrição e preços são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

EUR	POSIÇÃO BALANÇO O FECHO DO ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício		59.961.862	61.885.453	63.824.579	70.184.162	74.406.671	78.628.226
Pagamentos acumulados a:							
	Um ano de desenvolvimento	21.763.715	20.603.878	26.212.709	34.129.809	32.068.910	
	Dois anos de desenvolvimento	24.404.684	26.243.302	33.145.210	41.448.744		
	Três anos de desenvolvimento	27.235.730	31.052.408	36.871.536			
	Quatro anos de desenvolvimento	30.078.011	34.211.856				
	Cinco anos de desenvolvimento	32.453.105					
Reservas reavaliadas a:							
	Um ano de desenvolvimento	54.685.321	52.871.836	58.658.157	70.412.088	65.179.098	
	Dois anos de desenvolvimento	51.217.276	53.022.951	59.938.850	66.506.977		
	Três anos de desenvolvimento	49.511.959	54.068.029	56.852.726			
	Quatro anos de desenvolvimento	46.541.525	51.117.267				
	Cinco anos de desenvolvimento	44.408.121					
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:							
	Valor nominal (d)	15.553.742	10.768.186	6.971.854	3.677.185	9.227.573	
	Porcentagem	25,9%	17,4%	10,9%	5,2%	12,4%	

Reconciliação entre as reservas apresentadas no triângulo e as reservas constantes no balanço

	12/31/10	12/31/11
Provisões para sinistros no final do exercício (a)	74.406.671	78.628.226
Provisões para sinistros a valores atualizados – Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho (b)	13.627.808	15.532.515
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	1.872.026	2.205.880
Total provisões para sinistros Não Vida	89.906.505	96.366.621

Para mitigar este risco, o Grupo recorre a critérios de seleção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de sinistros e respetiva modelização. Este processo é efetuado por tipo de segmento de clientes e por classe de negócio, reforçado com o conhecimento quanto às expectativas ou evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. O risco de grandes perdas potenciais é

mitigado através de limites impostos, da gestão do risco de concentração e por contratos de transferência de risco celebrados para o efeito, i.e. resseguro.

O Millenniumbcp Ageas contribui para a diversificação do negócio não vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco ao nível do Grupo Ageas.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de dezembro de 2011 e 2010 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Rácio Sinistros	64,5%	65,5%	67,1%	67,0%	82,3%	78,7%	52,7%	53,7%	24,9%	57,7%
Rácio Despesas	23,9%	25,9%	23,0%	26,0%	25,0%	27,1%	27,6%	25,1%	18,7%	22,8%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	88,3%	91,4%	90,2%	93,0%	107,3%	105,8%	80,4%	78,8%	43,6%	80,4%

O Millenniumbcp Ageas executa com regularidade análises de sensibilidade às principais rubricas de custos que resultam da sua atividade de negócio, considerando para o efeito os possíveis impactos gerados nos resultados do exercício antes de impostos:

Não Vida [EUR]

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2011	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2010
Custos de exploração – 10%	6.767	7.101
Custos com sinistros + 5%	(6.683)	(6.409)

Riscos Específicos de Responsabilidades de Seguros – Gestão do risco de seguros

O Millenniumbcp Ageas gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Atuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto dos regulamentos e diretrizes definidas ao nível do Millenniumbcp Ageas. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico de seguros é efetuada em conjunto com outros riscos incluindo o ALM. Neste sentido, outros departamentos, como a Gestão de Riscos, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão de riscos. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento atuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística

por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

Pricing

O Millenniumbcp Ageas tem como objetivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, o *embedded value* e os rácios combinados).

Os fatores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- › Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- › O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- › Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- › Condições do mercado de capitais e inflação;
- › Requisitos de capital (solvência);
- › Objetivos de rentabilidade;
- › Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão do Millenniumbcp Ageas que existem ativos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efetuada, pelos atuários responsáveis, sendo as provisões do ramo não vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, o Millenniumbcp Ageas celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais).

Os eventos mencionados anteriormente estão diretamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria atividade do Homem. A seleção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objetivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes catástrofes tais como terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Algumas resseguradoras expressaram a intenção de deixar de prestar coberturas ilimitadas e deixar de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do setor, têm estado a debater possíveis soluções para este problema com os governos respetivos. Tais soluções podem passar por coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

Não Vida e Saúde [EUR]

RAMO	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Incêndio	Excedente	15.000.000	300.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XL)	400.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500.000	75.000
Automóvel – responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	750.000
Automóvel – cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.250.000	750.000
Marítimo	Quota Parte	1.000.000	200.000
Transportes	Excedente	1.500.000	75.000
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	250.000
Acidentes de Trabalho	Excesso de Perdas (XL)	30.000.000	500.000
Saúde (Munich)	Quota Share	1.000.000	20%
Saúde (Acunsa)	Quota Share	Ilimitada	0%

Vida [EUR]

RAMO	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Vida/Invalidez	Excedente	4.000.000	100.000
Vida (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	15.000.000	300.000

Riscos Operacionais

O risco operacional resulta do risco de perdas resultantes da inexecução ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Por forma a assegurar, em todos os momentos, que as causas subjacentes e exposições ao risco operacional são identificadas, avaliadas e abordadas pelo Millenniumbcp Ageas, a gestão do risco operacional foi definida como componente principal da estrutura (ERM) da companhia.

- Em particular, engloba processos de todo o grupo, tais como:
- › Base de dados de perdas: assegurar a consciência dentro da organização sobre as perdas incorridas (em termos de montantes e frequência). Enquanto a infraestrutura está ainda em estado inicial de desenvolvimento, há um compromisso por parte do *Risk Management* local e do Grupo Ageas de incentivar tais ferramentas de gestão de risco operacional;
 - › *Key Risk Reporting*: realização periódica de relatórios de risco por forma a garantir uma visão prospetiva sobre o perfil de risco do Grupo, com enfoque no risco operacional. A abordagem consiste numa análise de risco ascendente de autoavaliação visando identificar e avaliar os riscos enfrentados pelo Grupo;
 - › Gestão da continuidade do negócio: processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efetiva que salvaguarde a reputação, os interesses dos seus *stakeholders*, marca e valor;
 - › Segurança de Informação: define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as diretivas de informação de segurança aplicadas através do Millenniumbcp Ageas;
 - › Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano;
 - › Outros processos relacionados com controlo interno fazem também parte de uma base sólida da gestão de riscos operacionais.

Esta estrutura é suportada por um regulamento de risco operacional específico tendo por base a respetiva política do Grupo Ageas. Define os princípios de alto nível para a identificação, quantificação, monitorização e comunicação de riscos operacionais encontrados na execução de atividades de negócios do dia-a-dia pelo Millenniumbcp Ageas. Como próximos passos, estes princípios serão implementados para processos mais detalhados que precisam de ser seguidos em cada uma das linhas de negócio.

Adicionalmente, este regulamento define as funções e as responsabilidades dos Comitês e unidades de negócios e fornece uma estrutura de governo onde a gestão dos riscos operacionais ocorre. Este regulamento define a interação entre o Grupo Ageas e o Millenniumbcp Ageas relativamente a risco operacional e descreve requisitos de informação.

Do ponto de vista do modelo de governo o departamento de gestão de riscos suporta um comité dedicado a este risco, tendo por seu nome ORIC (risco operacional e controlo interno) focalizando-se na eficácia e aperfeiçoamento da gestão do risco operacional em todo o grupo.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio Vida e Não Vida é a seguinte:

LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA 2011 [EUR]	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	98.786.074	1.759.566	2.776.065	103.321.705
Incêndio e outros danos	18.667.791	1.385.494	2.288.339	22.341.624
Automóvel				
Responsabilidade civil	8.655.863	1.023.407	393.944	10.073.215
Outras coberturas	6.598.126	963.204	(590.970)	6.970.360
Marítimo, aéreo e transportes	287.828	39.545	32.106	359.480
Responsabilidade civil geral	852.545	72.219	(404.537)	520.227
Crédito e caução	–	6.916	1.320	8.236
Protecção jurídica	–	–	–	–
Assistência	2.008.573	11.455	(1.660.023)	360.004
Diversos	182.061	61.735	540.198	783.994
Total não vida	136.038.863	5.323.541	3.376.441	144.738.845
Resseguro aceite	6.220.310	3.642.876	1.276.743	11.139.929
Total	142.259.173	8.966.417	4.653.184	155.878.774

LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA 2010 [EUR]	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	95.938.000	2.439.545	2.301.153	100.678.698
Incêndio e outros danos	19.339.902	1.106.196	741.689	21.187.787
Automóvel				
Responsabilidade civil	9.253.805	200.113	(1.278.502)	8.175.416
Outras coberturas	6.363.677	2.359.686	258.295	8.981.658
Marítimo, aéreo e transportes	198.502	11.539	(31.245)	178.796
Responsabilidade civil geral	1.084.698	22.535	2.928.933	4.036.166
Crédito e caução	375.697	97	32.646	408.439
Protecção jurídica	–	–	(236.708)	(236.708)
Assistência	(172.910)	8.701	(242.048)	(406.257)
Diversos	197.264	13.920	4.942	216.126
Total não vida	132.578.635	6.162.332	4.479.154	143.220.122
Resseguro aceite	5.041.241	3.851.680	564.786	9.457.707
Total	137.619.876	10.014.012	5.043.941	152.677.829

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

LINHA DE NEGÓCIO 2011 [EUR]	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2010	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2011 em relação a 2010	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	39.052.200	48.162.926	17.304.900	26.415.626
Não Vida				
Acidentes e doença	50.560.087	24.219.562	26.270.195	(70.332)
Incêndio e outros danos	9.085.208	6.286.852	4.569.026	1.770.671
Automóvel				
Responsabilidade civil	20.721.431	4.091.370	14.286.845	(2.343.215)
Outras coberturas	2.477.090	1.355.414	375.711	(745.963)
Marítimo, aéreo e transportes	214.231	203.039	166.273	155.081
Responsabilidade civil geral	5.216.808	616.543	3.987.010	(613.255)
Crédito e caução	32.651	975	32.646	970
Protecção jurídica	—	—	—	—
Assistência	(22.337)	(3.151.196)	4.770	(3.124.088)
Diversos	1.621.337	39.999	1.576.734	(4.603)
Total não vida	89.906.505	33.662.559	51.269.212	(4.974.733)
Total	128.958.705	81.825.485	68.574.112	21.440.893

LINHA DE NEGÓCIO 2010 [EUR]	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2010 em relação a 2009	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	43.135.694	34.842.400	16.033.366	7.740.072
Não Vida				
Acidentes e doença	48.245.844	21.812.439	30.021.515	3.588.109
Incêndio e outros danos	8.288.784	5.023.313	4.176.190	910.719
Automóvel				
Responsabilidade civil	21.959.983	4.343.160	14.537.516	(3.079.307)
Outras coberturas	2.265.839	1.383.915	415.492	(466.432)
Marítimo, aéreo e transportes	245.476	97.919	153.377	5.821
Responsabilidade civil geral	2.287.820	971.992	4.620.843	3.305.014
Crédito e caução	6	375.715	32.646	408.355
Protecção jurídica	236.708	—	—	(236.708)
Assistência	107.608	1.863.296	(38.010)	1.717.678
Diversos	1.616.394	54.681	1.553.480	(8.233)
Total não vida	85.254.462	35.926.430	55.473.049	6.145.016
Total	128.390.156	70.768.829	71.506.415	13.885.088

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA 2011 [EUR]	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	154.658.369	160.144.723	103.321.705	28.610.523	(26.371.628)
Incêndio e outros danos	42.403.926	42.239.842	22.341.624	11.681.226	(3.052.024)
Automóvel					
Responsabilidade civil	11.012.344	10.810.976	10.073.215	2.107.720	247.045
Outras coberturas	9.996.220	9.908.765	6.970.360	3.058.896	(364.726)
Marítimo, aéreo e transportes	574.589	588.170	359.480	428.984	(64.443)
Responsabilidade civil geral	3.705.387	3.536.916	520.227	631.554	(2.165.302)
Crédito e caução	5.554	6.536	8.236	13.736	—
Protecção jurídica	375.552	359.448	—	39.870	(33.656)
Assistência	2.952.320	2.920.785	360.004	352.991	(1.748.175)
Diversos	768.092	750.176	783.994	72.972	438.947
Total não vida	226.452.352	231.266.336	144.738.845	46.998.472	(33.113.963)
Resseguro aceite	10.806.438	10.468.108	11.139.929	11.443.074	20.175.399
Total	237.258.790	241.734.445	155.878.774	58.441.545	(12.938.564)

LINHA DE NEGÓCIO NÃO VIDA 2010 [EUR]	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	152.277.019	155.620.415	100.678.698	30.141.356	(24.986.476)
Incêndio e outros danos	39.877.661	39.638.212	21.187.787	9.727.938	(3.369.960)
Automóvel					
Responsabilidade civil	9.025.661	9.023.023	8.175.416	2.246.351	(895.629)
Outras coberturas	13.019.843	12.795.729	8.981.658	3.554.969	459.249
Marítimo, aéreo e transportes	598.212	597.541	178.796	374.562	(150.503)
Responsabilidade civil geral	3.350.092	3.264.711	4.036.166	623.429	1.283.795
Crédito e caução	19.029	53.050	408.439	41.242	—
Protecção jurídica	284.924	260.792	(236.708)	32.168	(250.609)
Assistência	2.710.707	2.700.416	(406.257)	434.160	(1.530.726)
Diversos	860.343	402.821	216.126	133.194	112.331
Total não vida	222.023.490	224.356.710	143.220.122	47.309.367	(29.328.528)
Resseguro aceite	8.693.631	8.582.956	9.457.707	12.347.214	19.354.925
Total	230.717.121	232.939.665	152.677.829	59.656.582	(9.973.603)

Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar n.º 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias a 31 de dezembro de 2011.

O Millenniumbcp Ageas faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência I, para o qual tem definido um objetivo Operacional de 200%.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a margem de solvência do Grupo é analisada como se segue:

RÚBRICA [EUR]	31 dezembro 2011	31 dezembro 2010
Capital	1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas Legal e de Reavaliação	(435.405.780)	(220.292.773)
Resultados Transitados	365.278.817	251.277.808
Resultado Líquido do Exercício	16.412.470	114.097.047
Total Situação Líquida (1)	946.287.882	1.145.084.457
Activos Intangíveis	(469.728.388)	(489.394.921)
Ajuste Pensões Reforma	(6.345.868)	(3.945.377)
Total (2)	(476.074.256)	(493.340.298)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	470.213.626	651.744.159
Margem de Solvência Exigida	320.828.333	355.422.353
Excesso / Insuficiência	149.385.293	296.321.810
Rácio Solvência	147%	183%

Nota 39 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Ocidental Vida são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

No caso das ações não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Nota 40 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com ações movidas pelas Companhias e contra as mesmas, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua atividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2011 o total de garantias bancárias era de Euros 267.000 (2010: Euros 368.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

EUR	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	96.049	256.369	413.144	765.563

Nota 41 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas são analisadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS [EUR]	2011	2010
Dividendos	7.000.000	—
Juros e outros proveitos similares	3.403.646	2.722.952
Total de proveitos	10.403.646	2.722.952
Total de custos	(998.798)	(802.150)
Resultado líquido do exercício	9.404.848	1.920.802

BALANÇO [EUR]	2011	2010
Investimentos em subsidiárias	999.953.125	999.953.125
Outros ativos	101.219.286	91.578.570
Total de ativos	1.101.172.411	1.091.531.695
Capitais próprios	1.100.745.870	1.091.341.022
Outros passivos	426.541	190.673
Total Capitais próprios e passivos	1.101.172.411	1.091.531.695

Nota 42 – Exposição à dívida de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, a exposição à dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

Através de investimento directo [EUR]

EMITENTE / CARTEIRA	2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	386.300.859	386.300.859	(159.027.055)	4.0%	5.2	L1
Nível 2	25.427.822	25.427.822	(11.493.728)	3.8%	3.7	L2
Ativos financeiros detidos ao justo valor	32.125.752	32.125.752	(15.751.787)	4.2%	5.0	L1
Ativos financeiros detidos até à maturidade	504.487.799	414.471.752	—	4.2%	7.3	L1
Total	948.342.233	858.326.186	(186.272.571)	4.1%	6.2	

Indirectamente, através de produtos estruturados (EUR)

EMITENTE / CARTEIRA	2011					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	57.638.192	57.638.192	(46.445.575)	4.7%	7.1	L2
Total	57.638.192	57.638.192	(46.445.575)	4.7%	7.1	
Grécia						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	39.495.554	39.495.554	(109.746.385)	4.2%	3.8	L2
Total	39.495.554	39.495.554	(109.746.385)	4.2%	3.8	

Através de investimento direto (EUR)

EMITENTE / CARTEIRA	2010					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Nível 1	1.399.702.808	1.399.702.808	(127.255.320)	3.5%	5.9	L1
Nível 2	35.343.231	35.343.231	(1.126.310)	3.8%	4.7	L2
Ativos financeiros detidos ao justo valor	28.828.551	28.828.551	(4.252.446)	4.4%	7.1	L1
Total	1.463.874.590	1.435.046.039	(132.634.076)	3.5%	5.9	
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	89.273.551	89.273.551	(18.775.522)	4.6%	2.7	L1
Total	89.273.551	89.273.551	(18.775.522)	4.6%	2.7	

Indirectamente, através de produtos estruturados (EUR)

EMITENTE / CARTEIRA	2010					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Grécia						
Ativos financeiros detidos ao justo valor	108.072.747	108.072.746	(41.058.503)	3.7%	4.8	L2
Total	108.072.747	108.072.746	(41.058.503)	3.7%	4.8	

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1** – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;
- Nível 2** – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;
- Nível 3** – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

À data de 31 de dezembro de 2011 a posição na dívida pública grega foi vendida na totalidade com perdas adicionais de Euros 4.700. A imparidade registada no exercício em relação a estes títulos ascendeu a Euros 52.618.000 (ver nota 11).

Nota 43 – Normas contabilísticas recentemente emitidas**Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2011**

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IFRS 7 – Instrumentos financeiros:**Divulgações – Transferências de ativos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de ativos financeiros, nomeadamente securitizações de ativos financeiros, têm como objetivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em maio de 2010, o IASB publicou o “*Annual Improvement Project*,” o qual efetuou 11 alterações em 7 normas. A data de efetividade das alterações, possibilidade de adoção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações serão de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011.

O Grupo não obteve qualquer impacto significativo da adoção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Grupo**IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo a sua adoção antecipada permitida. Esta norma, em outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adotada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

- › Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos

financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;

- › Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- › Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- › A exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- › As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*“Fair Value option”*) serão reconhecidas em *“Other Comprehensive income”* (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montante registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Grupo está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de *“facto control”*.

Dois principais objetivos foram incluídos nesta norma:

- › Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todas as entidades que controla;

- › Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.
- O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 11 – Acordos conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 11 – Acordos conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) “*Joint operations*”; e 2) “*Joint ventures*”.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- › A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o fator crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- › Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma joint venture, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- › A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- › os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IFRS 13 – Mensuração do justo valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspetos considerados são:

- › Princípios que estão na base de um justo valor;

- › Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização dos justos valores; e
- › Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: 1) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e 2) necessidades de requisitos de divulgação.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em joint ventures, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para joint ventures.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa joint venture, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), exceto se forem aplicadas as exceções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma .

IFRS 7 (Alterada) – Divulgações – Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 – Divulgações – “*Offsetting*” de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) – Offsetting de ativos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração IAS 32 – “*Offsetting*” de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo a sua adoção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

- › o critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e
- › o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

03

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

EXERCÍCIO DE 2011

Senhores Accionistas,

1.

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade o Conselho Fiscal da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, individuais e consolidados, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanham o Relatório de Gestão, relativos ao Exercício de 2011, vem apresentar o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

No Relatório e Parecer agora apresentado, o Conselho Fiscal engloba os resultados da análise e verificação a que procedeu às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que traduzem a agregação da actividade anual do conjunto de empresas que compõem o universo da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.

2.

O Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., através dos contactos que periodicamente manteve com o Conselho de Administração e com os Serviços, tendo sempre obtido toda a informação necessária ao desempenho das funções de fiscalização.

3.

O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e obteve desta, igualmente, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

4.

No Relatório de Gestão que elaborou o Conselho de Administração explicita a forma como se processou a evolução dos negócios em ambiente de acentuados desequilíbrios estruturais da economia portuguesa. Refere em pormenor os principais acontecimentos que, no decorrer do exercício, caracterizaram o conjunto das actividades do Grupo nos ramos de seguros e da gestão de fundos de pensões, situação que globalmente lhe continuam a conferir posição de destaque no conjunto das seguradoras e a manutenção da liderança no segmento dos fundos de pensões.

Para o Conselho Fiscal, em síntese, tendo presente que em 2011 o sector segurador apresentou, face ao ano anterior, um decréscimo no volume de negócios de 29%, deve ser evidenciado:

4.1

Na perspectiva do posicionamento do Grupo no mercado específico em que opera:

- › a manutenção da sua posição de forte grupo segurador nacional, atingindo, no final de 2011, as quotas de mercado ao nível de volume de prémios de seguro directo, global de 11,3% (11,9% em 2010), no ramo Vida de 14,5% (14,2% em 2010) e no ramo Não Vida de 5,5% (5,3% em 2010);
- › a manutenção da posição de liderança na área de Fundos de Pensões representando uma quota de mercado de 28,3% e um volume de activos sob gestão de 3.865 milhões de euros, comparável com 6.718 milhões de euros do ano anterior.

4.2

Em termos de produção consolidada do Grupo, e onde a evolução global do sector registou um decréscimo do volume de prémios de 29%, a MILLENNIUM-BCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.:

- › registou um volume de prémios de seguro directo e de contratos de investimento de 1.297 milhões de euros;
- › obteve, relativamente ao ano anterior, no ramo Vida um decréscimo produção de 37,9% e nos ramos Não Vida um crescimento de 2,0%, devendo salientar-se que a evolução do mercado segurador nacional registou decréscimos de 38% no ramo Vida e de 0,9% nos ramos Não Vida;
- › alcançou uma margem técnica consolidada, antes de imputação de custos administrativos, de 118 milhões de euros, inferior em 54% à que foi registada em 2010;
- › apresentou um rácio de solvência consolidado de 147%.

4.3

No que se refere à estrutura de capital e resultados:

- › a redução dos capitais próprios em 199 milhões de euros;
- › a obtenção de um resultado líquido consolidado de 16,4 milhões de euros, comparável com 114,1 milhões de euros registado em 2010, no essencial devido a factores não recorrentes.

5.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., aprove:

- › o Relatório, o Balanço e as restantes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Sociedade, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011;
- › a proposta de apresentação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012

O Conselho Fiscal

Joaquim Patrício da Silva (Presidente)

José Rodrigues de Jesus (Vogal)

António F. Nogueira Chaves (Vogal)

04

Relatório do Revisor Oficial de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 11.678.147.575 euros, e um total de capital próprio de 946.287.881 euros, incluindo um resultado líquido de 16.412.472 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos seus capitais próprios consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas;
 - a verificação das operações de consolidação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos capitais próprios consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2012



KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

MILLENNIUMBCP AGEAS

Tagus Park – Edifício 10 · 2744–005 Porto Salvo · Portugal

T: 21 004 24 90 · F: 21 006 68 65